



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

CRISTOPHER PEREIRA CESAR

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

RIO DE JANEIRO
2026





CRISTOPHER PEREIRA CESAR

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Práticas de Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro Sampaio Magalhães

RIO DE JANEIRO
2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo autor

C421r Cesar, Cristopher Pereira, 1981-
Responsabilidade social corporativa e
desenvolvimento sustentável: um estudo de caso no
semiárido nordestino / Cristopher Pereira Cesar. -
Rio de Janeiro, 2026.
87 f.

Orientador: Luís Mauro Sampaio Magalhães.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2026.

1. Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Projetos
de desenvolvimento social. 3. Gestão ambiental. I.
Magalhães, Luís Mauro Sampaio, 1956-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta TFC/Dissertação/Tese, desde que seja citada a
fonte

**O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

CRISTOPHER PEREIRA CESAR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/01/2026.



Documento assinado digitalmente
LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHAES
Data: 29/01/2026 13:04:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luís Mauro Sampaio Magalhães. Prof. Dr. – UFRRJ
(Orientador)



Documento assinado digitalmente
ANDRE FELIPPE NUNES DE FREITAS
Data: 29/01/2026 13:40:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Felipe Nunes de Freitas. Prof. Dr. – UFRRJ
(Membro Interno)



Documento assinado digitalmente
ENRIQUE JESUS SANCHEZ ELVIRA
Data: 29/01/2026 16:23:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Enrique Jesús Sánchez Elvira. Dr. – UFRJ
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Mauro Sampaio Magalhães, pela orientação segura e confiança. Ao Dr. Enrique Jesús Sánchez Elvira, pelas valiosas contribuições e constante disponibilidade. À Prof.^a Dr.^a Michelle Cristina Sampaio, pelas orientações decisivas. Ao André Felipe Nunes De Freitas, cujas observações foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

À Caroline Rodrigues da Silva, minha companheira, pelo apoio incondicional e orientações valiosas, ao longo de todo o processo. Ao José Mauricio Scovino de Sousa, pelo apoio fundamental. Ao Fábio Martins Bueno e Maria Siqueira Santos, pelas reflexões.

À CELEO, pelo apoio institucional e pela oportunidade de desenvolvimento do estudo. Às comunidades participantes do Projeto Quipá, em especial às comunidades quilombolas de São João do Piauí e ao Instituto Umbuzeiro, pela receptividade, troca de conhecimentos e contribuição para a realização deste estudo.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

CESAR, Cristopher Pereira. **Responsabilidade social corporativa e o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso no semiárido nordestino**. 87p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

A agenda de sustentabilidade tem impulsionado práticas de responsabilidade social corporativa (RSC), frequentemente orientadas pelos critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este trabalho analisa como essas práticas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável em comunidades beneficiadas por essas ações, tendo como estudo de caso o projeto Quipá: Jovens Cultivando Saberes, implementado em territórios quilombolas de São João do Piauí, no semiárido nordestino. A pesquisa é qualitativa, exploratória e descritiva. Utiliza a estratégia metodológica do tipo estudo de caso, com análise documental e observação participante. Para contextualização, foi realizado um levantamento sobre o investimento social privado (ISP) no Brasil, a partir das bases BISC (*Benchmarking* do Investimento Social Corporativo) e do Censo GIFE. Os resultados deste levantamento sugerem que o ISP está concentrado em poucas e grandes empresas, e que parte significativa desse investimento, entre 10 e 30%, é oriunda de programas de incentivos fiscais. A área da educação é a que recebe maior parcela. Além disso, realizou-se uma análise da presença de projetos sociais promovidos por empresas do setor de geração de energia renovável no estado do Piauí. Os resultados indicaram que a expansão da geração de energia renovável no estado tem sido acompanhada por iniciativas de investimento social por empresas privadas, sobretudo em educação e geração de renda. Não há evidências claras de que esses investimentos se concentrem nas comunidades do entorno dos empreendimentos. Quanto ao estudo de caso, os resultados sugerem que o projeto Quipá promoveu avanços nas dimensões social, econômica, cultural e ambiental. A análise, sob a perspectiva dos sistemas socioecológicos, evidenciou que o projeto atuou para o fortalecimento de atributos como diversidade produtiva, redes de cooperação, conhecimentos tradicionais, inovação, capital social e governança participativa. No entanto, a continuidade desses resultados a longo prazo é incerta. Conclui-se que a prática da RSC, ainda que representada por ações isoladas e pontuais, pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios.

Palavras-chave: gestão ambiental; sustentabilidade; responsabilidade social corporativa; sistemas socioecológicos.

ABSTRACT

CESAR, Cristopher Pereira. **Corporate social responsibility and sustainable development: a case study in the Northeastern semi-arid region of Brazil**. 87p. Dissertation (Master's in Sustainable Development Practices). Institute of Forests, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

The sustainability agenda has driven corporate social responsibility (CSR) practices, often guided by Environmental, Social, and Governance (ESG) criteria and the Sustainable Development Goals (SDGs). This study analyzes how these practices can contribute to sustainable development in beneficiary communities, based on the case study of the project Quipá: Jovens Cultivando Saberes, implemented in quilombola territories in the municipality of São João do Piauí, in Brazil's semi-arid Northeast region. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, using a case study strategy supported by document analysis and participant observation. For contextualization, an assessment of private social investment (PSI) in Brazil was conducted, based on data from BISC (Corporate Social Investment Benchmarking) and the GIFE Census. The results indicate that PSI is concentrated among a relatively small number of large companies, with a significant share of resources originating from tax incentive mechanisms, and with education receiving the largest portion of investments. An analysis of social projects promoted by companies in the renewable energy sector in the state of Piauí shows that the expansion of this sector has been accompanied by PSI initiatives, mainly focused on education and income generation, although there is no clear evidence that these investments are directed toward communities located in the vicinity of the projects. Regarding the case study, the findings suggest that the Quipá project contributed to advances across social, economic, cultural, and environmental dimensions. From a socio-ecological systems perspective the project strengthened attributes associated with socio-ecological resilience, such as productive diversity, cooperation networks, traditional knowledge, innovation, social capital, and participatory governance. However, the long term sustainability of these results remains uncertain. It is concluded that CSR practices, even when implemented through isolated and punctual initiatives, can contribute to promoting sustainable development in local territories.

Keywords: environmental management; sustainability; corporate social responsibility, social-ecological system.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama representativo de sistemas socioecológicos	22
Figura 2 - Ciclo adaptativo dos sistemas socioecológicos	23
Figura 3 - Mapa de localização dos territórios quilombolas Riacho dos Negros e Picos, indicados pelas circunferências.	31

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Porte das usinas de geração solar e eólica do Piauí.	39
Quadro 1 - Perfil de investimento social das empresas estudadas.	40
Quadro 2 - Metas e indicadores do projeto Quipá.	45
Quadro 3 - Atividades, ações e resultados do Eixo 1 - Autonomia, Protagonismo e Potencialização de Habilidades.	50
Quadro 4 - Atividades, ações e resultados do Eixo 2: Jovens Cidadãos.	51
Quadro 5 - Atividades, ações e resultados do Eixo 3: Profissionalização, Trabalho e Renda	52
Quadro 6 - Atividades, ações e resultados do Eixo 4: Conversação.	55
Quadro 7 - Ações previstas e realizadas referentes ao Eixo 5: Jovem Sustentável.	57
Quadro 8 - Elementos do sistema socioecológico identificados no projeto Quipá.	74

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 Da Responsabilidade Social Corporativa ao Desenvolvimento Sustentável.....	14
2.2 Sistemas Socioecológicos e a Teoria da Resiliência	20
3 METODOLOGIA	25
3.1 Tipo e abordagem da Pesquisa	25
3.2 Fonte de dados	28
3.3 Área de estudo: quilombos Saco Curtume e Picos, em São João do Piauí	29
3.4 Análise de documentos.....	31
3.5 Dados de observação	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1 Investimento Social Privado no Brasil.	33
4.2 Investimento Social Privado (RSC) no setor de geração de energia renovável no Piauí.	37
4.3 Estudo de caso - projeto Quipá: jovens cultivando saberes.	41
4.3.1 O Programa Celeo na Comunidade.....	41
4.3.2 O Projeto Quipá - Jovens Cultivando Saberes	43
4.3.3 Os quilombos de São João do Piauí: Saco Curtume, Riacho dos Negros e Picos....	47
4.3.4 Descrição das atividades desenvolvidas no projeto Quipá.	47
4.3.5 Resultados do Projeto Quipá.....	59
4.4 Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável	66
5 CONCLUSÕES	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

APRESENTAÇÃO

O ímpeto para a realização desta pesquisa decorre da minha trajetória profissional. Graduado em Engenharia Florestal desde 2010, tenho atuado na gestão socioambiental ao longo dos últimos 15 anos, na empresa Celeo, concessionária do setor de transmissão e geração de energia.

No decorrer desta trajetória, o foco das minhas atividades profissionais foi, em geral, a gestão ambiental para o cumprimento de requisitos dos processos de licenciamento ambiental relacionados a projetos de transmissão e geração de energia. Estes, por serem considerados de significativo impacto ambiental, demandam dos empreendedores a execução de programas e ações de mitigação e compensação dos impactos que incidem nos diferentes fatores (sociais, físicos e biológicos). A gestão ambiental realizada por esses projetos é, majoritariamente, voltada ao atendimento desses requisitos.

Participar da elaboração e execução de programas ambientais voltados à mitigação e compensação de impactos incidentes sobre as comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas proporcionou-me a oportunidade de conhecer diversos projetos sociais voltados para estas comunidades. A experiência gerada por essa interação gerou, por sua vez, enorme aprendizado profissional e uma experiência empírica sobre a efetividade dessas intervenções.

Recentemente, meu foco profissional passou a abranger mais do que a disciplina do licenciamento ambiental, agregando o planejamento e a execução de intervenções com projetos sociais relacionados à agenda de sustentabilidade empresarial. Este é o referencial atual para ações de responsabilidade social corporativa, como veremos ao longo da dissertação.

No âmbito da agenda de sustentabilidade estão incluídos projetos sociais voltados para comunidades dos territórios em que a empresa atua, desconectados dos requisitos de licenciamento ambiental. Dentre esses projetos, destaca-se o Quipá: jovens cultivando saberes, projeto financiado pela empresa Celeo e desenvolvido pelo Instituto Umbuzeiro, cujos resultados acreditamos que merecem ser aqui apresentados.

Minha participação no projeto Quipá possibilitou a interação com uma variada gama de atores. Uma rica interação, que permitiu meu aprimoramento profissional e fomentou reflexões sobre as práticas empresariais relacionadas à responsabilidade social corporativa e à agenda de sustentabilidade, o que buscaremos trazer ao longo do texto, como forma de agregar conhecimento à disciplina de gestão ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de responsabilidade social corporativa (RSC) consolidou-se nas últimas décadas, impulsionado pelo aumento do número de acidentes ambientais e pela constatação do uso inadequado dos recursos naturais pelas empresas. Este contexto fez aumentar a pressão da sociedade por práticas empresariais éticas, transparência e compromisso social, ampliando o papel das empresas para além da mera geração de lucro (Carroll, 1999).

A abordagem estritamente econômica, predominante até os anos 1980, foi contraposta pelas ideias trazidas por Edward Freeman, filósofo e professor norte-americano, em sua teoria dos *stakeholders*. O autor defendeu que a gestão estratégica das empresas implica equilibrar os interesses das diversas partes envolvidas (acionistas, empregados, clientes, fornecedores, comunidade, governo etc.), as quais denominou *stakeholders*. As empresas promoveriam valor compartilhado e sustentabilidade para todas as partes que afetam ou são afetados pela sua atividade comercial (Freeman, 1984).

Este novo paradigma introduziu a ideia de ampliação das responsabilidades das empresas para além do lucro e constituiu a base do que viria a ser o pensamento sustentável nas corporações, com enorme repercussão nos meios acadêmicos, públicos e empresariais (Rezende; Carneiro, 2021).

Nos anos subsequentes, uma série de conferências e tratados internacionais influenciaram a conformação da ideia do desenvolvimento sustentável, a qual passou a fazer parte do universo empresarial e a ressignificar as práticas das ações de RSC.

O Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum* (1987), emitido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) foi um marco importante e introduziu o conceito de Desenvolvimento Sustentável: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Este relatório estabeleceu a relação entre desenvolvimento e ecologia, além de definir e introduzir, de forma definitiva, o conceito de desenvolvimento sustentável no debate ecológico em torno do desenvolvimento.

Na década seguinte, uma relevante contribuição para a discussão sobre a responsabilidade social corporativa foi protagonizada por John Elkington, pensador britânico considerado um dos pioneiros dos estudos sobre sustentabilidade corporativa. Elkington (1997) introduziu a ideia do *triple bottom line*. Este termo faz referência a uma abordagem empresarial

que concilia as três dimensões: social, ambiental e econômica. O autor defendia medir o desempenho corporativo por meio desse tripé de indicadores (Santos et al., 2025).

Em 2004, o relatório *Who Cares Wins*, elaborado pelo Pacto Global da ONU, em parceria com grandes instituições financeiras, introduziu o termo ESG (*Environmental, Social, Governance*), que pode ser traduzido por ASG (meio ambiente, social e governança). Este termo passou a corresponder às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização.

As práticas ASG se traduzem como critério para a medição de performance de sustentabilidade empresarial e estão relacionadas à Agenda 2030 (Pacto Global – Rede Brasil, 2025), instituída pela Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York, em 2015. A Agenda 2030 traz 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais servem de orientação para governos, empresas e sociedade civil, na busca pelo desenvolvimento sustentável. O documento foi aprovado por 193 países e representa uma agenda com prazo de cumprimento até 2030 (United Nations, 2015).

A adoção, pelas empresas, de práticas de RSC, hoje orientadas pelos critérios ASG e ODS, tem crescido em importância. De acordo com Coelho, Jayantilal e Ferreira (2023), a adoção de uma agenda de RSC, medida por indicadores de desempenho ASG, tem um impacto positivo direto no desempenho financeiro das empresas. E é uma oportunidade para que estas ganhem confiança e credibilidade junto às suas principais partes interessadas, como a comunidade, funcionários e clientes.

Tratados climáticos internacionais, como a UNFCCC (sigla em inglês para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) e o Acordo de Paris, são instrumentos de governança global que visam coordenar esforços entre países para mitigar as mudanças climáticas, por meio de negociações periódicas realizadas nas Conferências das Partes (COP). Os resultados dessas reuniões definem agendas que repercutem no planejamento estatal, mas também ecoam nas empresas em relação às suas práticas de RSC.

O Acordo de Paris, adotado na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC teve como objetivo central fortalecer a capacidade de resposta global à ameaça da mudança climática.

A necessidade de se reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) para o controle do aumento da temperatura trouxe o tema da transição energética para o primeiro plano. Para o endereçamento do tema, o acordo previu a definição de metas objetivas para redução de emissões pelos países, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

No caso do Brasil, o objetivo foi reduzir a emissão de GEE em 37% até 2025 e 43% até 2030, com base nos níveis de 2005. Este objetivo deverá ser alcançado por meio do aumento da participação de bioenergia sustentável na matriz energética. Além disso, O Brasil comprometeu-se a reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030 (Brasil, 2015).

No âmbito empresarial, essa agenda global vem impulsionando ações como a busca da neutralização de carbono da produção, bem como a racionalização do uso de recursos naturais. Neste contexto, os projetos de geração de energia renovável (solar, eólica, hidrogênio verde) são ferramentas relevantes para o combate do aquecimento global, na medida em que promovem a substituição do uso de combustíveis fósseis, favorecendo a transição energética (IPCC, 2023).

No caso do Brasil, a região nordeste apresenta as melhores características físicas e climáticas para a geração de energia renovável. Essas condições, aliadas aos incentivos governamentais e ao baixo preço das terras, propiciou um crescimento exponencial do número de empreendimentos de geração centralizada de energia de fonte solar e eólica na região, nos últimos anos (ABSOLAR, 2023; ABSOLAR, [s.d.]).

Esse crescimento de projetos de energia renovável na região nordeste, em que pese contribuir para a descarbonização da matriz energética nacional, acarreta também uma série de impactos socioambientais, o que faz com que a política de implementação de projetos de energia renovável seja cada mais questionada pela sociedade civil (Furtado; Paim, 2024).

Dentre os principais impactos ambientais observados em empreendimentos dessas tipologias, pode-se destacar a supressão de vegetação, efeitos sobre a fauna, influência sobre recursos hídricos, redução de área agrícola, especulação imobiliária, aumento do fluxo de trabalhadores temporários durante a fase de construção e suas implicações em termos de aumento de violência, de transmissão de doenças e do uso de drogas, circunstâncias agravadas pelas falta de infraestrutura regional para lidar com esses fatores. Esses impactos ameaçam as formas tradicionais de subsistência e a sustentabilidade das comunidades rurais que dependem desses recursos (Leal, 2025).

De acordo com Alves et al. (2025) há fortes indícios de que as ações de RSC agreguem valor para as empresas, na medida em que proporcionam impacto positivo no desempenho organizacional, maior engajamento e satisfação dos funcionários, ganho reputacional e inovação, características que contribuem com a viabilidade a longo prazo de suas atividades. Esses fatores, somados à agenda ASG, pressionam as empresas a implementarem a RSC. As

ações sociais e projetos voltados para as comunidades direta ou indiretamente afetadas são um dos tipos de ação comumente utilizado.

Emergem desse contexto as seguintes questões: O aumento do número de empreendimentos de energia renovável em um determinado território resulta no aumento de projetos ou ações sociais para as comunidades atingidas? Como esses empreendimentos têm contribuído para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades? Quais são os atributos que favorecem o sucesso dessas ações no território?

Assim, esta pesquisa pretende contribuir para a ampliação do conhecimento acerca das práticas de RSC, por meio da investigação da utilização desse tipo de ação por empresas do setor de geração de energia renovável no estado do Piauí.

Para tal, foi realizado um estudo de caso de um projeto social desenvolvido no âmbito da agenda de sustentabilidade (agenda ASG) pela empresa Celeo em territórios quilombolas no estado do Piauí. Buscaremos identificar e analisar aspectos relevantes do seu planejamento, execução e resultados, bem como sua relação com o desenvolvimento sustentável.

Justificativa

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprimoramento da gestão ambiental focada na prática das ações ou projetos sociais, diante do crescimento da importância da agenda ASG para as empresas e para a sociedade.

Projetos sociais bem planejados podem resultar em melhoria da qualidade de vida, educação, saúde e de infraestrutura local nas comunidades atingidas, em complemento às políticas governamentais.

A compreensão sobre como desenvolver esses projetos permite a identificação das melhores práticas e dos pontos críticos para melhorar o planejamento, monitoramento e avaliação. Isso influi na ampliação e duração de seus resultados, bem como evita desperdício de recursos e o surgimento de conflitos durante seu desenvolvimento.

Além disso, esta pesquisa pode contribuir para o entendimento sobre a busca dos ODS no âmbito corporativo e sobre como isso se integra à estratégia de negócio das empresas.

Apresentamos, a seguir, os objetivos da pesquisa.

Objetivo Geral

Analisar como um projeto social desenvolvido no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) contribui para o desenvolvimento sustentável em comunidades quilombolas, a partir do estudo de caso do projeto Quipá: Jovens Cultivando Saberes.

Objetivos Específicos

- 1) Sistematizar informações sobre investimento social privado no Brasil, identificando empresas do setor de geração de energia renovável que realizam projetos sociais no estado do Piauí.
- 2) Analisar o desenvolvimento e os resultados do caso do projeto social Quipá: Jovens Cultivando Saberes.
- 3) Identificar as contribuições do projeto Quipá: Jovens Cultivando Saberes para o desenvolvimento sustentável.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A seguir, apresentaremos um breve histórico acerca da responsabilidade social corporativa (RSC), desde o momento em que se percebe um aumento significativo de registros de sua ocorrência que, de acordo com nossas pesquisas, é o período da revolução industrial. Posteriormente, passaremos a descrever a evolução do termo RSC, diante do contexto histórico do surgimento das discussões ambientais e sociais, e sua transformação até se chegar ao modelo conceitual atual de sustentabilidade corporativa.

2.1 Da Responsabilidade Social Corporativa ao Desenvolvimento Sustentável

O termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é amplamente utilizado e representa uma perspectiva de atuação das empresas em resposta às demandas da sociedade, embora careça de uma definição propriamente dita, tanto no meio empresarial como no meio acadêmico (Freeman, 1984; Yevdokimova et al., 2019). Essa perspectiva pressupõe que as empresas atuem de forma ética, respeitando aspectos legais, sociais e ambientais, além dos econômicos (Carroll, 2021).

Originalmente, pode-se afirmar que o investimento social privado, ainda no contexto da filantropia, era motivado por questões religiosas (caridade), por tradição familiar ou por

altruísmo. Buscava contemplar a sociedade com infraestruturas como escolas, igrejas, museus e bibliotecas (Kisil, 2007).

Na atualidade, o investimento social privado adquire características que o distinguem de sua forma tradicional. Hoje é mais amplo, sistêmico e estratégico, e consolidou-se como um elemento central das práticas empresariais contemporâneas (Boa Morte, 2025).

Em termos práticos, a RSC pode materializar-se, no âmbito interno das empresas, na forma de iniciativas gerenciais que visem, por exemplo, melhoria das condições de trabalho, na observação da ética empresarial e governança. Já no âmbito externo, corresponde ao desenvolvimento de ações sociais direcionadas a grupos como clientes, fornecedores e a comunidade em geral.

A atuação empresarial socialmente responsável representada pela RSC é uma prática cada vez mais disseminada, principalmente por promover vantagem competitiva, ganhos reputacionais, redução da rotatividade e aumento do engajamento dos empregados, melhora da percepção dos investidores (ABNT, 2010), além de gerar benefícios para as comunidades onde as empresas atuam (Rezende; Carneiro, 2021).

De acordo com Soares e Santos (2017):

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) corresponde à estratégia corporativa complexa e de longo prazo, integrada com os objetivos organizacionais, visando criar mudança social positiva e valorar o negócio, ao passo que mantém relações de ética e transparência com todos os públicos com os quais se relaciona e contribui para o desenvolvimento integral e sustentável da sociedade (Soares; Santos, 2017, p. 1).

Sob a ótica histórica, a responsabilidade empresarial em relação a temas sociais, que extrapolem sua atuação comercial, não é recente. Há indícios desse comportamento há séculos (Carroll, 1991; Vogel, 2005).

Sua gênese, contudo, não se dá pela manifestação da bondade, mas sim por interesse. Ainda no período da revolução industrial, empresários perceberam que melhorar a qualidade de vida dos funcionários aumentava a produtividade. Desde então, ações em benefício dos trabalhadores passaram a ser normais. Posteriormente, esse tipo de atuação expandiu-se para as comunidades e consolidou-se ao longo do século 19, constituindo o que se denominou filantropia. Nos Estados Unidos, por exemplo, era comum a doação de recursos financeiros, por empresas, para instituições de caridade (Heald, 1970 apud Santos et al., 2025).

Apesar do apelo social desse tipo de ação, havia frequentes questionamentos sobre sua legitimidade, uma vez que eram feitas em benefício das próprias empresas (Muirhead, 1999 apud Santos et al., 2025).

Esse contexto de crítica à atuação das empresas intensificou-se no século seguinte, impulsionado pelos impactos ambientais causados por elas e pelas mudanças no contexto social e econômico mundial, as quais foram influenciadas por crises cíclicas e guerras (Hobsbawm, 1995). Esta conjuntura afetou os Estados, as sociedades e as empresas, favorecendo o surgimento das grandes corporações e o aumento da importância e da amplitude da atuação das empresas. Por outro lado, observou-se um maior impacto social advindo de suas operações (Kaysen, 1957 apud Chamayou, 2020).

Esse cenário amplificou o debate acerca da RSC e, a partir da década de 1950, o papel das empresas na sociedade entrou definitivamente na agenda.

Em 1953, a publicação do livro do economista e educador Howard Bowen, *Social Responsibilities of the Businessman* (Bowen, 1953) foi um importante marco para a reflexão acerca da relação das empresas com a sociedade, no ambiente empresarial e acadêmico. Bowen expôs sua preocupação de que as decisões gerenciais fossem conduzidas com base nos valores e objetivos da sociedade, mas não apenas em interesses econômicos. A partir daí, o incremento do debate nos meios acadêmicos sobre a RSC foi se intensificando, ainda que não houvesse uma preocupação sobre a criação de uma definição propriamente dita para o termo RSC (Carroll, 2021).

A década de 1960 foi especialmente relevante em termos de surgimento de questionamentos sobre a relação empresas e sociedade, devido à eclosão da onda de movimentos civis por direitos sociais diversos, como os movimentos feministas, ambientalistas e dos consumidores, que fizeram aumentar as expectativas sociais em relação às empresas (Carroll, 2015).

Na pauta ambiental, por exemplo, a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962, da bióloga e pesquisadora Rachel Carson, foi um divisor de águas na conscientização sobre os impactos ambientais das atividades humanas. O livro era resultado de suas pesquisas e tratou de expor os efeitos do uso de substâncias químicas nas cadeias alimentares, contribuindo para incrementar a organização do movimento ambientalista. (Palmisano; Pereira, 2009).

Na mesma década, em 1968, haveria três eventos que marcariam a pauta ambiental de maneira definitiva:

- 1) seria fundado o Clube de Roma, organizado por um grupo de cientistas, economistas, industriais e líderes políticos, que tinha por objetivo discutir os dilemas da humanidade, em termos econômicos, políticos, ambientais e sociais, promovendo ações em resposta a essas questões.

2) a assembleia das Nações Unidas (ONU) desse ano decidiria pela realização de uma conferência mundial sobre o meio ambiente humano, em 1972, em Estocolmo, Suécia.

3) a UNESCO promoveria uma conferência sobre o uso racional dos recursos da biosfera (Dias, 2024).

Como desdobramento desses três eventos, temos que:

- O Clube de Roma publica, em 1972, o relatório *Limites do Crescimento*, texto precursor no que diz respeito à análise de desenvolvimento e esgotamento dos recursos naturais. Apontava que as tendências de crescimento então vigentes levariam a uma escassez de recursos e a níveis de poluição catastróficos.
- A ONU realiza em 1972, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que resultou na Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano e em um Plano de Ação para o Meio Ambiente, com 109 recomendações e na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), incumbido do monitoramento da problemática ambiental no planeta.
- Já a UNESCO lança, em 1971, o Programa Homem e Biosfera (MAB), que tinha por objetivo ampliar o conhecimento sobre as interações entre seres humanos e os ecossistemas, para ordenar o uso racional dos recursos ambientais. Deste programa surgiram as áreas protegidas Reservas da Biosfera, criadas ao redor do mundo após 1976 (Dias, 2024).

No ambiente social, Carroll (2021) observou que havia uma espécie de “revolução das expectativas crescentes”, o que redundava no aumento de pressão social sobre as empresas. Esse movimento estimulou o questionamento ao pensamento empresarial ortodoxo, o qual pode ser definido pela “doutrina Friedman”, em referência a um dos principais pensadores do liberalismo econômico, o economista Milton Friedman. Suas ideias defendiam que o único objetivo das empresas seria gerar lucros aos acionistas, excluindo qualquer obrigação de cunho social ou ambiental (Rezende; Carneiro, 2021).

Dando sequência à descrição dos eventos basilares da conscientização mundial sobre as questões socioambientais, é importante destacar a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, durante a assembleia Geral da ONU de 1983.

Essa comissão foi presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, que foi responsável pela redação do texto *Nosso Futuro Comum*, lançado em 1987. Este texto estabeleceu o vínculo entre desenvolvimento e ecologia e definiu o termo “desenvolvimento

sustentável”, que viria a ser discutido amplamente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAD) de 1992, realizada no Rio de Janeiro, que popularizou o uso do termo (Dias, 2024).

No âmbito empresarial, na década de 1970 novas definições sobre RSC surgiram, com o intuito de endereçar as demandas sociais. Era necessária uma resposta, por parte do mercado, uma narrativa própria para tentar evitar maiores regulações.

Na década de 1980, em substituição ao pensamento liberal ortodoxo, apresentava-se na academia a teoria dos *stakeholders*, elaborada por Robert Edward Freeman, em seu icônico livro *Strategic Management: A Stakeholder Approach* (1984). Este novo paradigma de gestão propunha que as empresas deveriam se preocupar também com a geração de valor compartilhado para toda a sociedade.

Apesar de seu título fazer alusão a planejamento estratégico, o livro tornou-se uma referência para a discussão acerca da RSC, acrescentando um novo prisma para sua análise no âmbito acadêmico e empresarial (Carroll, 2021). Essa teoria passou a constituir a base do pensamento sustentável nas corporações e teve ampla aceitação nos meios acadêmicos, públicos e empresariais (Rezende; Carneiro, 2021). Sua inovação era integrar a RSC no planejamento estratégico das empresas. Foi um movimento conveniente diante das demandas sociais que chacoalhavam o ambiente empresarial de forma inédita, conforme verificado nas últimas décadas do século XX. Constituíra uma ferramenta estratégica que fornecia respostas às demandas sociais e criava oportunidades de negócios (Freeman; Mcvea, 2001).

Assim, a RSC revigorada e adaptada às mudanças sociais de seu tempo, em uma sociedade cada vez mais consciente e acossada pelas crises climática e ecológica, adentrou o século XXI como componente importante da estratégia empresarial (Santos et al., 2025).

Em lugar da filantropia, os termos *stakeholders* (partes interessadas), desenvolvimento sustentável e sustentabilidade passaram a circular pelos corredores das grandes e médias empresas, como sinônimo de boas práticas, um enunciado da modernidade que marca uma espécie de inflexão no mercado rumo a um comportamento mais ético e responsável em relação a tudo e a todos que são afetados pela operação das empresas.

Um documento produzido pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, entidade que participou ativamente da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92), ilustra bem esse cenário. Construído por 48 líderes empresariais de diversos países, o relatório *Mudando o rumo: uma perspectiva global do empresariado para o desenvolvimento e o meio ambiente* menciona que há uma tendência global de desregulamentação e abertura de mercados.

E que, por essa razão, caberia às empresas assumirem maiores responsabilidades em relação à sua atuação, no que concerne aos aspectos econômicos, sociais e ambientais (Dias, 2024).

Uma importante contribuição acerca da discussão da sustentabilidade nas organizações foi o conceito do *triple bottom line*, de John Elkington (1997). Esse termo faz referência a uma abordagem equilibrada de gestão em relação às dimensões social, ambiental e econômica. O autor defende que, em uma empresa focada em sustentabilidade, a medição de seu desempenho deveria considerar esses três aspectos (Santos et al., 2025).

De acordo com Dias (2024), as três dimensões da sustentabilidade empresarial implicam em, primeiro, a empresa ser economicamente viável, permitindo o retorno do investimento realizado (dimensão econômica). Em segundo lugar, promover melhores condições de trabalho, contemplar a diversidade cultural e a inclusão, atuar com ética e transparência, respeitar os saberes e conhecimentos tradicionais das comunidades próximas aos seus projetos (dimensão social). E, finalmente, pautar-se pela eficiência dos seus processos produtivos e pela produção mais limpa, promover o desenvolvimento de uma cultura ambiental na organização e adotar uma postura de responsabilidade ambiental (dimensão ambiental).

Aqui é importante fazer um contraponto. Para muitos autores, a redução dessa discussão a esses três pilares não é adequada. Sachs (2008), por exemplo, sugere que a eles sejam adicionadas as dimensões territorial, política, ecológica, cultural e ética. Outros autores apontam que não é possível uma “abordagem equilibrada” dessas três dimensões, dado que no mundo real elas não podem ser colocadas em um patamar de igualdade, devido às características de sua inter-relação. Sobre este tema, Folke (1998) adota uma linha de pensamento focada na interconexão, em detrimento da compartimentalização. O autor defende que a economia, a sociedade e a natureza são partes interdependentes de um único sistema complexo. A economia está contida na sociedade e ambas estão contidas na biosfera, em um esquema de hierarquia. Para o cientista, o meio ambiente não pode ser gerido como uma externalidade em relação aos aspectos econômicos e sociais, conforme sugere o conceito do *triple bottom line*, devido à interdependência entre os sistemas biofísicos e sociais e à complexidade da interação entre esses sistemas (Folke et al. 2016; Reyers et al. 2018). Em sua abordagem, o meio ambiente deve ser tomado como a base de sustentação de toda a economia e das sociedades, as quais dependem dele para seu bem-estar atual e futuro.

Retomando nossa linha histórica de exposição das ideias que moldaram a prática da RSC ao longo do tempo, após o surgimento do conceito do *triple bottom line*, emergiu uma nova ideia: o conceito de *creating shared value*, desenvolvido por Porter e Kramer (2011). Este novo conceito, que pode ser traduzido como “criando valor compartilhado”, enfatiza a conexão

entre progresso econômico e social. No entanto, diferentemente da abordagem tradicional da RSC, esta ideia implica em que as empresas busquem gerar simultaneamente valor econômico e social, por meio de suas operações. De acordo com os autores, esse conceito pode ser definido da seguinte forma:

O conceito de valor compartilhado pode ser definido como políticas e práticas operacionais que fortalecem a competitividade de uma empresa enquanto promovem simultaneamente as condições econômicas e sociais nas comunidades onde atua. A criação de valor compartilhado concentra-se em identificar e ampliar as conexões entre progresso social e econômico [...] O conceito baseia-se na premissa de que tanto o progresso econômico quanto o social devem ser abordados mediante princípios de valor. Valor é definido como benefícios em relação aos custos, não apenas benefícios isolados. A criação de valor é uma ideia há muito reconhecida nos negócios, onde o lucro representa as receitas obtidas dos clientes menos os custos incorridos. (PORTER; KRAMER, 2011, p.6).

Portanto, a RSC é uma filosofia empresarial moderna que, de acordo com Dias (2024), pressupõe uma gestão do negócio em que sejam levados em consideração o respeito aos direitos humanos, a qualidade de vida da comunidade e a preservação do meio ambiente natural.

Foram apresentadas acima as principais ideias que precederam o modelo conceitual atual de sustentabilidade no âmbito empresarial, as quais se desenvolveram no sentido de responsabilizar e envolver as organizações em relação às expectativas da sociedade, para além da geração de lucro. Embora o termo sustentabilidade constitua um importante referencial para definição da estratégia de negócio das empresas modernas, sua implementação apresenta lacunas significativas, que justificam a necessidade de aprofundamento da análise das ações de RSC.

A materialização desse conceito nas empresas, conforme apontado por Dias (2024), é verificada mais comumente na forma de práticas de gestão voltadas para processos e produtos, como eficiência energética e produção mais limpa, em detrimento da elevação da consciência da necessidade de um desenvolvimento econômico mais sustentável.

É nesse modelo conceitual de sustentabilidade corporativa que são desenvolvidas ações sociais as mais diversas, tanto para o público interno das organizações, os funcionários, como para o público externo, as comunidades e a sociedade em geral.

2.2 Sistemas Socioecológicos e a Teoria da Resiliência

A avaliação dos resultados de projetos sociais como o projeto Quipá, em relação às suas contribuições para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas, pode ser realizada por meio da aplicação da lente teórica dos sistemas socioecológicos e da teoria da

resiliência aplicada a eles. Para o entendimento dessa relação e de como ela se aplica à presente pesquisa é necessário esmiuçarmos um pouco esses conceitos, o que buscaremos fazer a seguir.

A perspectiva dos sistemas socioecológicos surgiu em 1998, com a união das abordagens teóricas sobre a gestão de recursos comuns e sobre a economia ecológica, quando o ecólogo e professor Fikret Berkes desvelou a importância das diferentes dimensões da organização da sociedade e das interações entre elas para a mediação da relação entre seres humanos e serviços ecossistêmicos (Mandai et al. 2023).

O livro *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience* (Berkes; Folke, 1998), o qual tem sido amplamente utilizado em pesquisas das áreas das ciências ambientais, ciências sociais e econômicas, ajudou a consolidar o referencial teórico dos sistemas socioecológicos (Biggs et al. 2022).

A publicação enfatiza a relevância de uma abordagem interdisciplinar para enfrentar desafios de gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável, na medida em que a influência antrópica no Holoceno, que afeta intensamente os processos ecológicos globais, como clima e deslocamento de espécies, entre outros, torna a desvinculação entre a natureza e o homem cada vez mais sem sentido (Vitousek et al. 1997 apud Buschbacher, 2014).

O livro analisou conexões sociais e ecológicas, por meio de estudos de caso internacionais, e apresentou práticas para lidar com mudanças ambientais. Além disso, destacou princípios inovadores para gestão sustentável e a necessidade de existirem instituições flexíveis, capazes de responder às transformações nos ecossistemas (Mandai et al., 2023).

Para Mandai (2023), os sistemas socioecológicos são:

sistemas complexos multinível e hierárquicos aninhados, em que elementos e processos sociais e ecológicos operam intrinsecamente em conjunto, por meio de interações bidirecionais, produzindo resultados que retroalimentam o sistema em um ciclo adaptativo (GUNDERSON; HOLLING, 2002; HOLLING, 2001; FOLKE, 2006; WILLSTEED et al., 2018, apud MANDAI et al. 2023, p.74).

A autora acrescenta ainda que:

sistemas socioecológicos incluem explicitamente o sistema social e os componentes humanos em suas análises sobre interações ecológicas, ou seja, um sistema socioecológico compreende componentes biofísicos a partir de sua conexão intrínseca com sistemas socioculturais e econômicos (ANDERIES; JANSSEN; OSTROM, 2004 apud MANDAI et al., 2023, p.75).

De acordo com Buschbacher (2014) um bom exemplo de sistema socioecológico é:

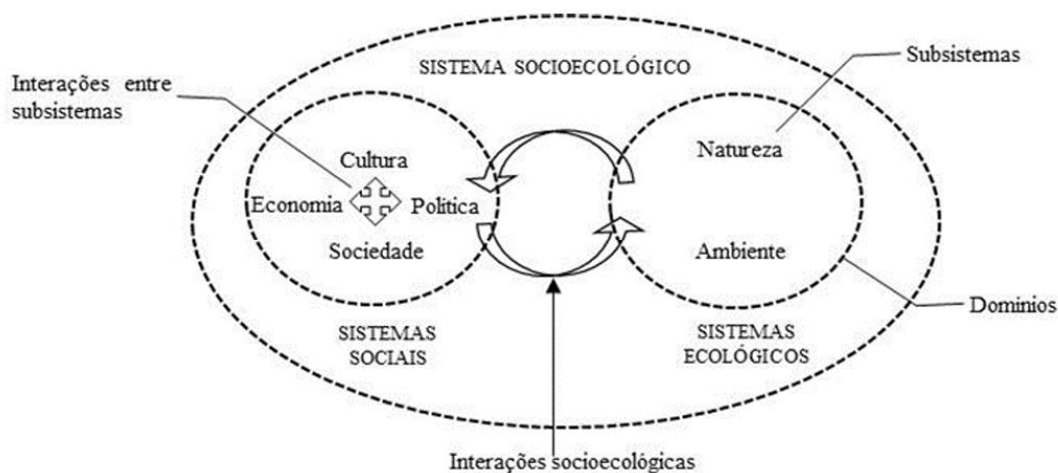
a fronteira amazônica, onde múltiplos grupos de interesse (madeireiros, agricultores, pecuaristas, assentados, indígenas e conservacionistas) interagem em busca de múltiplos objetivos (produção, lucro, equidade, conservação e manutenção cultural); onde os fatores biofísicos (como água, clima e biodiversidade) afetam e são afetados por essas atividades sociais e econômicas; e onde múltiplos fatores, internos e externos, vindos das escalas locais, nacionais e internacionais (desde políticas

públicas e aplicação das leis, à cultura, poder e eficácia de diferentes discursos) influenciam sua dinâmica (BUSCHBACHER, 2014, p.12).

Essa abordagem de sistemas socioecológicos contrapõe-se à visão fragmentada da ciência clássica, ou *ciência normal*, que costuma separar objetos naturais dos sociais. Os sistemas socioecológicos caracterizam-se pelo acoplamento dos sistemas socioculturais (exemplo: economia, cultura, política, organização social) e naturais (exemplo: clima, solo e florestas) causando perturbações mútuas que se retroalimentam (Salas-Zapata et al., 2011).

A seguir apresentamos um esquema que ilustra o conceito de sistemas socioecológicos:

Figura 1 – Diagrama representativo de sistemas socioecológicos



Fonte: (Silveira et al., 2023).

Os sistemas socioecológicos mudam ao longo do tempo devido a causas naturais e/ou sociais como fenômenos climáticos intensos, poluição, rebeliões e guerras. Essas perturbações vão moldando o sistema, provocando ciclos de adaptação. São características dos sistemas socioecológicos a incerteza, instabilidade, variabilidade de escala e auto-organização (Berkes; Folke, 1998). Essa perspectiva de constante mudança e adaptação remete ao conceito da resiliência tal como definido originalmente nos estudos de ecologia, nos anos 1960 (Folke, 2006).

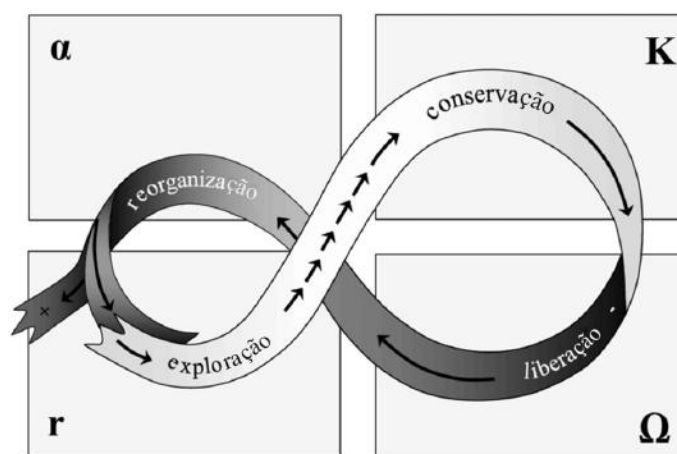
Quando aplicado à análise de ecossistemas, na abordagem clássica, o conceito de resiliência referia-se à capacidade de esses ecossistemas manterem a si mesmos em uma condição ideal, estática, após eventos de perturbação, remetendo a uma ideia de equilíbrio natural. No entanto essa abordagem reducionista mostrou-se limitada, uma vez que não é possível isolar variáveis na análise de ecossistemas, por se tratar de sistemas complexos, onde

alterar uma variável implica alterar outras nesses mesmos sistemas, as quais vão influenciar os caminhos de adaptação após eventos de perturbação.

O equilíbrio em sistemas ecológicos ocorre apenas em escalas limitadas de tempo e espaço. Esses sistemas são caracterizados também por mudanças não lineares. Um sistema, diante de uma perturbação, pode ficar estático por um tempo e depois mudar drasticamente, em um comportamento não linear (Buschbacher, 2014; Walker et al., 2006).

Esse comportamento não linear de sistemas complexos representa um ciclo adaptativo, o qual pode ser ilustrado com a figura abaixo:

Figura 2 - Ciclo adaptativo dos sistemas socioecológicos



Fonte: (Araújo et al., 2023)

As setas representam a velocidade do ciclo: setas curtas e espaçadas indicam estados de mudança lenta, enquanto setas longas indicam estados de rápida transformação. A letra *r* representa a fase da exploração, a letra *k* a fase da consolidação organizacional, a letra Ω a fase da liberação e a letra α a fase da reorganização (Gunderson; Holling, 2002). Interações multiescala geram *feedbacks* que podem ampliar ou reduzir a resiliência (Folke, 2006; Buschbacher, 2014).

Esse processo, típico de sistemas complexos, também se aplica a sistemas sociais empresariais, burocráticos ou políticos (Gladwell, 2002 apud Buschbacher, 2014). De acordo com Buschbacher (2014), a importância dessa visão na análise dos sistemas socioecológicos é que:

A implicação desta nova visão para a gestão de sistemas é que, em vez de tentar mantê-los em seus pontos de equilíbrio ou geri-los rumo a trajetórias fixas, é mais importante pensar na capacidade de lidar com as mudanças. Isto nos leva ao conceito de resiliência per se. A resiliência é a capacidade do sistema manter suas características essenciais de estrutura e função, mesmo depois de um colapso e reorganização. De

certa forma, resiliência é uma síntese entre estabilidade e dinâmica, integrando as ideias de mudança e limites (BUSCHBACHER, 2014, P.18).

Buschbacher (2014) destaca que é importante para a compreensão do conceito a diferenciação entre *estado* e *regime*. *Estado* refere-se às condições específicas do sistema em um determinado momento, ao passo que *regime* aponta para as características gerais de sua estrutura e funcionamento. Um sistema resiliente apresenta mudanças contínuas de *estado* dentro de um mesmo *regime*. Se as perturbações causarem uma mudança no sistema, a ponto de ele não se recuperar, trata-se de uma mudança de *regime*. O autor destaca que a definição sobre o conceito de *regime* depende do observador e é sujeita a interpretações. Outro ponto importante é que o fato de um sistema ser resiliente não é necessariamente uma característica positiva, sendo possível haver situações em que as interações do sistema reforçam a manutenção de características indesejadas. O autor exemplifica que “Uma ‘armadilha de pobreza’ (*poverty trap*¹) representa um sistema resiliente e negativo. Neste caso, uma mudança de regime seria positiva” (BUSCHBACHER, 2014, p.18).

O conceito de resiliência pode ser entendido como *resiliência específica*, quando aplicado à análise da capacidade de um sistema manter-se perante uma perturbação específica. Por exemplo, analisar a capacidade de uma floresta permanecer como formação florestal ante desmatamento crescente. Ou pode ser entendido como *resiliência geral*, quando aplicado à análise de sistemas socioecológicos, os quais são caracterizados por mudanças rápidas, contínuas e não lineares, em termos econômicos, tecnológicos, ambientais e culturais. Neste caso, a *resiliência geral* pode ser definida como a capacidade de o sistema enfrentar essas incertezas, por meio da adaptação, aprendizagem e auto-organização. É a capacidade do sistema socioecológico mudar de forma a manter sua identidade (Figueiredo et al., 2017). Ou seja, é sinônimo de capacidade adaptativa ou adaptabilidade (Folke, 2006; Buschbacher, 2014).

Os elementos biofísicos, sistemas socioculturais e sistemas econômicos constituintes do semiárido (seu povo, ecossistemas, solo, florestas, etc.) formam um sistema complexo integrado, que pode ser definido como um sistema socioecológico (Machado, 2018). Da mesma forma, só que em menor escala, os quilombos Saco Curtume e Picos, em cujos territórios os elementos biofísicos e socioculturais interagem, constituem um sistema socioecológico, com suas características culturais, ambientais e econômicas.

¹ A *poverty trap* (armadilha de pobreza) é uma condição auto-reforçada, na qual uma economia ou indivíduo permanece em pobreza crônica devido a mecanismos que impedem a acumulação de capital suficiente para escapar de um estado de desenvolvimento baixo e estável (Balboni et al., 2022).

Avaliar as contribuições do projeto Quipá, em termos de fortalecimento da capacidade adaptativa dessas comunidades frente a mudanças imprevisíveis de ordem ambiental, política, social e econômica (resiliência geral) é uma forma de inferir sobre as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, pois a diversidade biológica, os serviços ecossistêmicos, a diversidade cultural, a estrutura de governança participativa e o capital social são características que definem um sistema socioecológico resiliente (Krasny; Tidball, 2015; Walker et al., 2006).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo e abordagem da Pesquisa

A presente pesquisa é qualitativa, exploratória e descritiva.

Qualitativa, porque busca compreender a dinâmica do Projeto Quipá, enfocando seu processo de construção e seus resultados, além dos significados e das percepções dos sujeitos envolvidos. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que se fundamenta no positivismo de Comte (1786-1857), em que o estudo das frequências, identificação de padrões e relações causais buscam explicar os fenômenos observados, a pesquisa qualitativa evidencia a complexidade e as contradições dos fenômenos, sua imprevisibilidade e originalidade, e busca identificar os significados que os indivíduos atribuem às suas ações no meio em que vivem.

Portanto, neste estudo, o foco será o processo de construção e execução do projeto social Quipá, e não a mensuração objetiva e quantitativa dos resultados por ele apresentados.

Em relação ao recorte temporal da pesquisa, o objetivo é analisar o período de elaboração e de implementação do projeto nas comunidades, cujas atividades de campo iniciaram-se em março de 2022 e seguiram até maio de 2023.

Neste tipo de pesquisa, a unidade é significativa do todo e considerada suficiente para fundamentar um julgamento fidedigno ou propor uma intervenção. A seleção e a delimitação do caso são fundamentais para permitir que sejam feitas, por comparação, generalizações a situações similares em relação ao contexto analisado (Chizzotti, 2001), de forma que o método pode fornecer reflexões que permitem, de uma forma geral, serem extrapoladas para a análise de outros projetos sociais, em contextos afins.

A respeito da pesquisa qualitativa, Chizzotti (2001) escreve que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um

vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001, p. 74).

De acordo com Godoy (1995), são três os tipos fundamentais de pesquisa qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Nesta pesquisa será utilizada a abordagem do tipo estudo de caso (projeto Quipá).

A escolha de se realizar uma pesquisa do tipo estudo de caso não exclui, no entanto, a possibilidade de se utilizar dados e informações de natureza documental e etnográfica. Nesta modalidade de pesquisa, é usual a utilização de uma variedade de dados e informações provenientes de diversas fontes. É indicado que o pesquisador, nesse tipo de trabalho, esteja aberto a novas descobertas no decorrer de sua investigação, buscando identificar novos elementos ao longo da coleta das informações (Godoy, 1995), de forma que poderá, de maneira complementar, lançar mão também de documentos e dados etnográficos.

O estudo de caso é um dos tipos de metodologia mais utilizado na pesquisa (Yin, 2002). De acordo com Yin (1989 apud Godoy, 1995), o estudo de caso pode ser definido como:

"(...) uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência". (Yin, 1989 apud Godoy, 1995, p.25).

Yin (2002), mais inclinado a uma linha de conhecimento de orientação positivista, enfatiza que o estudo de caso deve ser orientado por quatro balizas: validade do constructo, validade interna, validade externa e confiabilidade. Em sua visão, o estudo de caso deve ser conduzido por um projeto de pesquisa estreito e estruturado, que se baseie em linhas múltiplas de evidência e na triangulação, o uso de diferentes fontes de dados para suportar uma inferência. É uma abordagem orientada pelas questões “como” e “por que”, em relação ao fenômeno observado (Yazan, 2016).

Já Stake (1995), proveniente de uma linha de conhecimento construtivista, enxerga o estudo de caso como uma abordagem bem mais maleável, no que diz respeito à coleta e interpretação dos dados. Em sua obra *The art of case study research*, define o estudo de caso como: “estudo da particularidade e complexidade de um único caso, chegando a compreender a sua atividade dentro de circunstâncias importantes” (Stake, 1995, p.11).

O autor ressalta quatro características definidoras dessa abordagem de pesquisa: holística, em que se considera o fenômeno e seu contexto. Empírica, em que o estudo está

baseado em observações de campo. Interpretativos, em que se considera a intuição do pesquisador e aborda-se a pesquisa como interação pesquisador-assunto. Enfática, em que a pesquisa reflete a experiência dos sujeitos na condição de participantes do fenômeno estudado.

De acordo com o autor, o curso do estudo vai se definindo à medida em que avança, não podendo ser definido com antecedência (Yazan, 2016). Na pesquisa qualitativa deve haver maior preocupação com o processo, em detrimento dos resultados ou produto. Os pesquisadores procuram verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias.

Entendemos que o caminho proposto por Stake (1995) é o mais aderente à proposta desta pesquisa, pois foi proposta uma abordagem exploratória e descritiva do fenômeno estudado.

Exploratória, porque se pretende jogar luz e proporcionar maior familiaridade com o objeto da pesquisa, no caso, com as práticas empresariais do âmbito da agenda da sustentabilidade, do pilar social da agenda ASG, aqui representado pelo Projeto Quipá.

Descritiva, porque se pretende descrever detalhadamente o fenômeno, organizando e categorizando as etapas do processo e respectivos achados que possam ajudar a responder às questões da pesquisa.

Quanto aos instrumentos de coletas de dados, Yin (2002) sugere a utilização de seis fontes de evidência: documentação, registros em arquivo, entrevistas, observações diretas, observações participantes e objetos físicos. Já Stake (1995) sugere a utilização da observação, entrevista e análise de documentos, na condução de pesquisas de estudo de caso.

Para esta pesquisa lançou-se mão da análise de documentos de planejamento e de monitoramento do projeto Quipá, produzidos pelos principais atores do projeto, como principal ferramenta para responder aos objetivos da pesquisa.

Além disso, valeu-se também das observações do participante, na tentativa de trazer à tona as impressões do pesquisador como participante do projeto, na qualidade de representante da empresa financiadora. Como responsável pela execução da agenda ASG da referida empresa, o autor do presente estudo interagiu com os atores-chave durante o desenvolvimento e a execução do projeto. E, por isso, acredita-se que as observações ao longo desse processo possam contribuir com os objetivos desta pesquisa, e fortalecer a triangulação de evidências.

Segundo Stake (2011), os dados de observação referem-se às informações referentes à experiência do pesquisador. No presente estudo, diz respeito à experiência adquirida pelo pesquisador, por meio de sua participação no projeto, o que foi possível devido à sua função profissional como responsável pela gestão ambiental da empresa financiadora do projeto. No

desempenho desta função o pesquisador participou ativamente das etapas de planejamento, monitoramento e avaliação do projeto, contexto que permite trazer para a discussão do estudo informações relevantes sobre a prática de RSC por meio de projetos sociais.

O objetivo foi incorporar observações contextualizadas e reflexões acerca dos desafios, aprendizados e impactos do projeto, para contribuir com o entendimento de como essa “coisa” – projeto social de agenda ASG – funciona.

3.2 Fonte de dados

Para atendimento aos objetivos específicos da pesquisa, foram utilizadas as seguintes informações provenientes de:

Objetivo específico 1:

- Pesquisa bibliográfica sobre os temas: comunidades quilombolas, RSC, ASG e ODS. Para tal, realizaram-se buscas na rede mundial (*Internet*), em repositórios especializados como *Google* acadêmico, periódicos científicos, plataforma Capes e outras correlatas;
- Base de dados de instituições do terceiro setor que sistematizam informações sobre o investimento social privado: i) BISC - *Benchmarking* do Investimento Social Corporativo, da instituição Comunitas e ii) GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Essas bases foram consultadas para contextualizar o cenário do investimento social privado no Brasil, identificar tendências gerais desse tipo de investimento no país, bem como para compreender o volume de recursos mobilizados e os principais temas priorizados pelas organizações investidoras. A análise dessas bases teve caráter contextual e exploratório, permitindo situar o estudo de caso do projeto Quipá dentro do panorama mais amplo das práticas de responsabilidade social corporativa no Brasil.
- Plataforma de informações de mercado referente ao setor elétrico brasileiro *Epowerbay*, consultada para o levantamento das empresas do setor de energia que atuam com geração de energia renovável no estado do Piauí.
- Quando disponível, relatório de sustentabilidade das empresas que atuam com geração de energia eólica e solar no estado do Piauí. Esses relatórios foram consultados para o levantamento de ações ou projetos sociais que as empresas realizam nos territórios.
- Sítios eletrônicos das empresas que atuam com geração de energia eólica e solar no estado do Piauí, consultados para o levantamento de projetos sociais porventura realizados pelas empresas nos territórios.

As informações elencadas acima foram sistematizadas e analisadas de forma a: i) apresentar o panorama do investimento social privado no Brasil; ii) entender o cenário de expansão de empresas de energia renovável no País e no estado do Piauí; iii) identificar se essas empresas realizam projetos sociais ligados à agenda ASG, com o objetivo de investigar se a expansão dos empreendimentos de geração de energia renovável resultou no crescimento de projetos sociais no estado.

Objetivos específicos 2 e 3:

- Pesquisa documental a partir de fontes públicas e dos arquivos mantidos pela empresa que realizou o projeto: o principal documento analisado foi o relatório final de projeto da empresa consultora contratada pela financiadora para o desenvolvimento do projeto.
- Pesquisa documental a partir de fontes públicas, produzidas pelos sujeitos envolvidos no projeto, significativas para a compreensão dos fenômenos estudados. Os principais documentos analisados foram quatro relatórios parciais de monitoramento e avaliação e um relatório final de projeto, produzidos pela Instituição Umbuzeiro. O objetivo foi entender a dinâmica e os resultados do projeto Quipá, conforme a visão da Instituição Umbuzeiro, que foi responsável pela criação e execução do projeto em campo.
- Relatório de sustentabilidade da empresa patrocinadora, com o intuito de descrever como o projeto Quipá se encaixa em sua agenda ASG.
- Pesquisa documental referente a relatórios produzidos pelo setor governamental, que pudessem auxiliar na compreensão do objeto de estudo.
- Observação, referente à atuação pessoal durante atividades de planejamento e monitoramento do Projeto Quipá. Esta fonte de informação refere-se às impressões pessoais deste pesquisador acerca do projeto Quipá.

3.3 Área de estudo: quilombos Saco Curtume e Picos, em São João do Piauí

Esta pesquisa tem como foco o projeto *Quipá: Jovens Cultivando Saberes*, o qual foi denominado ao longo da pesquisa como ‘Quipá’. O projeto foi desenvolvido em dois territórios quilombolas do município de São João do Piauí, localizados na região sudeste do estado do Piauí, a cerca de 360 km de distância da capital Teresina, onde se encontra uma usina solar fotovoltaica de geração de energia solar da empresa Celeo, patrocinadora do projeto.

A empresa foi fundada em 2009, com o objetivo de investir e gerir ativos de infraestrutura energética. Trata-se de uma empresa de origem espanhola, que tem como sócios

o Grupo Elecnor, formado por cerca de 80 empresas situadas na Espanha e em mais de 50 países, e a APG, uma das maiores gestoras de fundos de pensão do mundo. Atualmente, a Celeo é responsável pela administração de um portfólio de projetos com valor aproximado de 5,8 bilhões de dólares em ativos na Espanha, Brasil, Chile e Peru.

De acordo com o seu relatório anual de sustentabilidade, a Celeo tem como compromisso uma gestão responsável, transparente e orientada para a sustentabilidade. A empresa promove um modelo de negócios que busca equilibrar as expectativas de suas partes interessadas com o desempenho organizacional, nas dimensões econômica, social e ambiental.

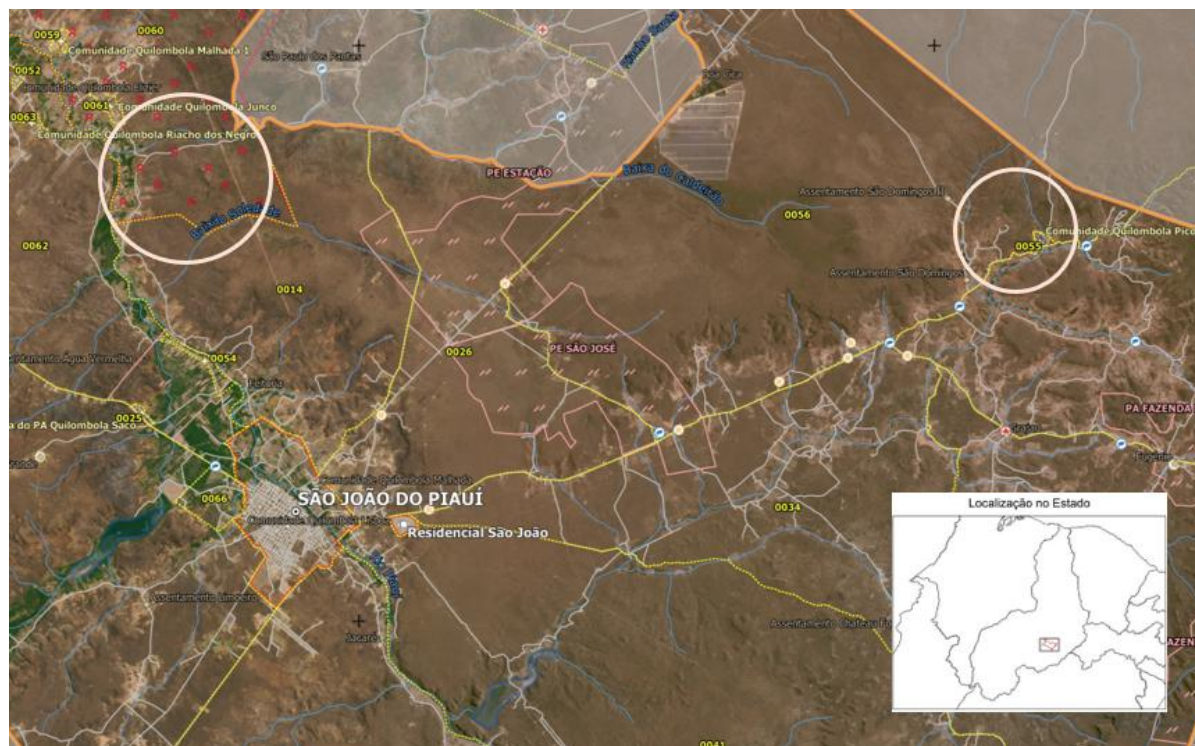
Por orientação de seus acionistas, em 2018 tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, assumindo o compromisso de seguir seus 10 princípios, bem como de contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O projeto, localizado em São João do Piauí, conta com capacidade de geração de 220 MW e ocupa uma área aproximada de 600ha. Seu desenvolvimento iniciou-se em 2014, tendo sido finalizado em 2018, ano em que se iniciou sua operação comercial. Trata-se da única unidade geradora de energia, em operação, pertencente a este grupo econômico, no Brasil (CELEO GROUP, 2025).

A construção da usina envolveu uma série de impactos sociais e ambientais, frequentes para a tipologia e porte do empreendimento em questão, dentre os quais podemos destacar: a supressão de vegetação nativa, impactos sobre a fauna e flora, desencadeamento de processos erosivos e alteração da paisagem local (CELEO, 2015).

A seguir, é apresentada a figura 3, que contém a localização das comunidades quilombolas abordadas no projeto Quipá:

Figura 3 - Mapa de localização dos territórios quilombolas Riacho dos Negros e Picos, indicados pelas circunferências.



Fonte: Adaptado de IBGE (2022). Elaborado pelo autor.

3.4 Análise de documentos

As informações apresentadas nos relatórios de concepção e de monitoramento do Projeto Quipá foram agrupadas em categorias temáticas que permitissem responder às questões da pesquisa, mais especificamente na identificação dos fatores que contribuíram para a promoção do desenvolvimento sustentável, e para a identificação dos desafios da implementação do projeto.

A análise foi orientada pela metodologia da análise temática (Braun; Clarke, 2021), a qual tem como principal objetivo identificar padrões e temas nos dados. Seu foco de análise são os significados, contexto e a interpretação (Ahmed et al. 2025).

Nesta pesquisa, as informações dos relatórios de acompanhamento e de resultados do projeto, úteis para ajudar a responder às questões de pesquisa, foram agrupadas em categorias temáticas para posterior relato dos processos do projeto (planejamento, governança, engajamento, implementação, monitoramento e resultados), a partir de uma abordagem dedutiva, onde as categorias foram criadas previamente (dimensões social, econômica, educacional e cultural). Esse procedimento permitiu identificar padrões recorrentes nas

atividades e resultados do projeto, bem como relacioná-los ao referencial teórico dos sistemas socioecológicos.

Os resultados foram relatados de forma integrada no texto, devido à natureza transversal dos temas abordados, em que identificamos características de mais de uma dimensão, mesmo quando as ações dos projetos são analisadas de forma individualizada.

O referencial teórico dos sistemas socioecológicos, conforme proposto por Berkes e Folke (1998), foi adotado como lente analítica para a interpretação dos resultados do estudo de caso. Esse referencial compreende as interações entre sistemas sociais e ecológicos como interdependentes, dinâmicas e coevolutivas, destacando que a sustentabilidade desses sistemas está associada à sua capacidade de adaptação e resiliência frente a perturbações.

A resiliência dos sistemas socioecológicos é influenciada por fatores como diversidade biológica e produtiva, conhecimentos tradicionais, instituições locais, redes de cooperação e mecanismos de governança. Essa abordagem permite analisar como intervenções podem contribuir para o fortalecimento da capacidade adaptativa das comunidades.

Nesse sentido, os sistemas socioecológicos são entendidos como sistemas complexos, nos quais recursos naturais, atores sociais e estruturas institucionais interagem continuamente, demandando análises que considerem múltiplas escalas e dimensões. A partir desse referencial, a pesquisa utiliza os conceitos de resiliência, adaptação e governança para avaliar em que medida as ações do projeto analisado contribuem para o fortalecimento desses atributos no território.

3.5 Dados de observação

Segundo Stake (2011), os dados de observação referem-se às informações referentes à experiência do pesquisador. No presente estudo, diz respeito à experiência adquirida pelo pesquisador, por meio de sua participação no projeto, o que foi possível devido à sua função profissional como responsável pela gestão ambiental da empresa financiadora do projeto. No desempenho desta função o pesquisador participou ativamente das etapas de planejamento, monitoramento e avaliação do projeto, contexto que permite trazer para a discussão do estudo informações relevantes sobre a prática de RSC por meio de projetos sociais.

O objetivo foi incorporar observações contextualizadas e reflexões acerca dos desafios, aprendizados e impactos do projeto, para contribuir com o entendimento de como essa “coisa” – projeto social de agenda ASG – funciona.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Investimento Social Privado no Brasil.

Para entender a dimensão e abrangência da RSC, faz-se necessário entender o investimento social privado no Brasil. Para isso, consultamos duas bases de dados de organizações do terceiro setor, que realizam pesquisas regulares com empresas nacionais que realizam investimento sociais.

Uma das bases de dados é produzida pela instituição Comunitas, organização brasileira do terceiro setor, sem fins lucrativos, que desenvolve um trabalho no campo do desenvolvimento social, com foco em gestão pública, políticas sociais e fortalecimento de governos e das organizações da sociedade civil. Desde 2009, a instituição Comunitas realiza uma pesquisa de referência sobre o tema: BISC - *Benchmarking* do Investimento Social Corporativo (BISC, 2024).

Além dessa base de dados, realizou-se a consulta ao Censo GIFE (2023), da Fundação GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Trata-se de outra instituição do terceiro setor, que atua no Brasil há mais de 30 anos, referência no tema investimento social privado. Esta instituição realiza um censo bienal, que atualmente está em sua 11ª edição.

Ambas as instituições buscam, com suas pesquisas, entender e avaliar as ações de investimento social privado no Brasil, trazendo suas dimensões, estratégias, monitoramento e avaliação. A ideia dessas pesquisas é que sirvam como referência para que empresas e outras instituições possam melhorar a gestão e a qualificação dessa prática.

As referidas bases de dados são importantes para o entendimento do investimento social privado e, por consequência, da RSC, porque abarcam grandes empresas e organizações pioneiras nessa disciplina no país, ainda que se trate de um universo amostral limitado, como será demonstrado adiante.

Os resultados das pesquisas permitem entender as dimensões, dinâmica e tendências desses investimentos, informações relevantes para os objetivos da pesquisa acerca da RSC

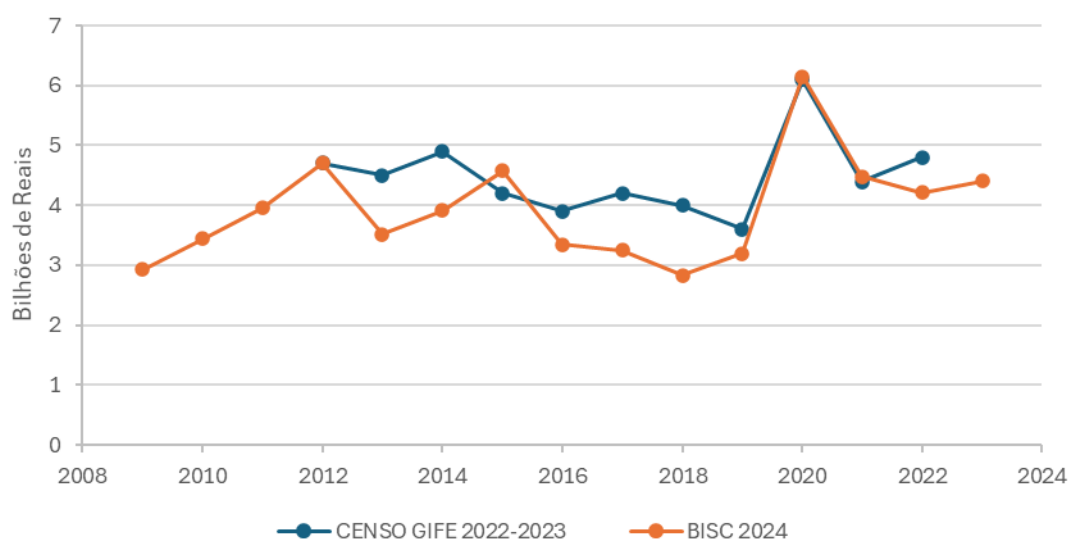
A pesquisa BISC (BISC, 2024), da qual participaram 328 empresas e 19 institutos e fundações corporativas, apontou que, em 2023, os investimentos totais chegaram a 4,4 bilhões de reais. Já o Censo GIFE 2022-2023 (GIFE, 2023) contou com a participação de 137

organizações associadas. De acordo com esse levantamento, houve um aporte aproximado de 4,8 bilhões de reais de investimento social privado no Brasil, em 2023².

Ambas as pesquisas tratam prioritariamente de investimentos sociais de caráter voluntário, o que não inclui despesas mandatórias como atendimento de condicionantes ambientais e de requisitos legais. Na pesquisa BISC, estes são classificados como “aplicações socioambientais obrigatórias”. A pesquisa GIFE define o investimento social privado como o repasse voluntário de recursos privados para iniciativas de interesse público, o que implica a exclusão de despesas compulsórias decorrentes de obrigações legais.

Abaixo é apresentado o gráfico com o histórico de investimento social privado relacionado nas duas pesquisas:

Gráfico 1 - Divisão de investimentos por fonte de recursos nas duas pesquisas.



Fonte: Adaptado de Relatório BISC (2024) e do Relatório CENSO GIFE 2022-2023 (2023). Elaboração própria.

Conforme pode ser observado, o investimento social privado, no universo amostral das duas pesquisas, está na faixa de 3 a 5 bilhões de reais desde o início dos levantamentos. Contudo se trate de um universo amostral limitado, os montantes são significativos, razão pela qual optamos por considerar a informação como referência para nossa análise de tendência de destinação de recursos para ações de RSC.

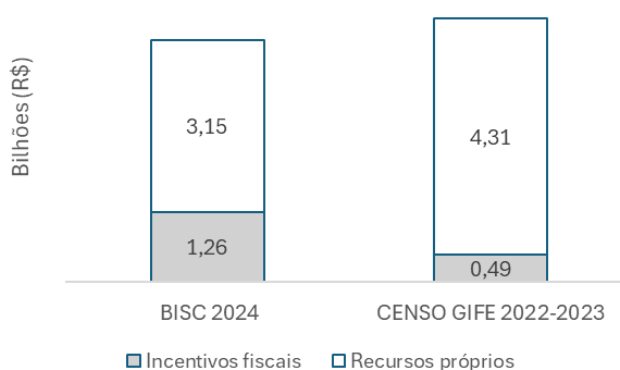
² Esses números não devem ser avaliados de forma adicional ao número apresentado anteriormente, na pesquisa BISC 2024, pois várias empresas podem participar das duas pesquisas.

Observa-se um ponto discrepante em 2020, que se refere às ações sociais para mitigação dos efeitos da pandemia de SARS-COV-2, momento em que houve grande engajamento dos investidores sociais. Posteriormente há uma queda e, na sequência, é possível notar uma tendência de alta. O relatório do censo GIFE 2022-2023 aponta uma previsão de investimentos da ordem de 5,6 bilhões de reais em 2023, valor que somente será apurado na próxima pesquisa.

Do total de 4,4 bilhões apontado na pesquisa BISC 2024, cerca de 1,26 bilhão de reais (29%) se referiu a investimentos incentivados. Ou seja, são investimentos que contam com linhas de incentivos fiscais governamentais como: Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo dos Direitos do Idoso, Pronon e Pronas, doações para entidades de utilidade pública e Lei do Audiovisual. O restante, cerca de 3,15 bilhões de reais (71%), foram investimentos com recursos próprios das organizações respondentes da pesquisa.

Já o Censo GIFE 2022 – 2023 aponta que cerca de 10% do valor total de 4,31 bilhões de reais empenhado pelas organizações pesquisadas foi referente a incentivos fiscais e 90% a recursos próprios. Abaixo é apresentado o gráfico com distribuição de recursos das duas pesquisas, em relação a fontes incentivadas e recursos próprios.

Gráfico 2 – Estratificação das fontes de recursos.



Fonte: Adaptado de Relatório BISC (2024) e do Relatório CENSO GIFE 2022-2023 (2023). Elaboração própria.

A informação detalhada no gráfico mostra que os incentivos fiscais desempenham importante papel no financiamento das ações de RSC, ainda que os montantes levantados pelas diferentes pesquisas, sejam significativamente distintos.

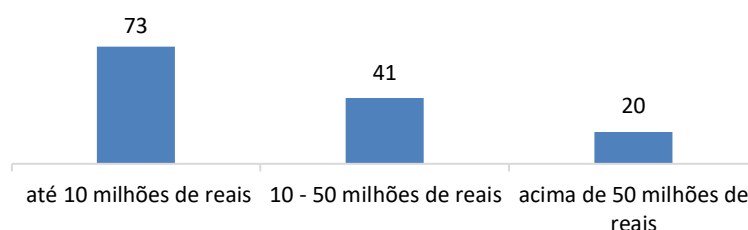
A análise dos dados do BISC e do Censo GIFE indica que uma parcela significativa dos investimentos sociais corporativos no Brasil é realizada com recursos próprios das empresas, embora os mecanismos de incentivo fiscal também desempenhem papel relevante. Essa

distinção é importante, pois investimentos realizados exclusivamente por meio de incentivos fiscais podem representar, em parte, a execução de políticas públicas descentralizadas, enquanto investimentos com recursos próprios tendem a refletir estratégias corporativas mais diretamente associadas à agenda de sustentabilidade empresarial.

O Censo GIFE 2022-2023 traz um importante informação sobre a estratificação de valores empenhados pelas diferentes organizações. Dentre as 137 que participaram da pesquisa, 73 delas (54%), investem até 10 milhões de reais ao ano. Um grupo intermediário de 41 organizações (31%) investe entre 10 e 50 milhões de reais. E um grupo minoritário de 20 organizações investe acima de 50 milhões de reais. Estas 20 organizações foram responsáveis por mais de 73% de todo o volume investido em 2022.

Abaixo é apresentado o gráfico com a distribuição do número de organizações por faixa de investimentos:

Gráfico 3 - Distribuição do número de organizações por faixa de investimento.



Fonte: Adaptado de Relatório BISC (2024) e do Relatório CENSO GIFE 2022-2023 (2023).
Elaboração própria.

Em relação ao formato de execução do investimento social privado, a pesquisa GIFE 2022-2023 aponta que a forma híbrida de execução, em que as organizações tanto desenvolvem projetos próprios como fomentam projetos de terceiros, é predominante em relação à forma em que as organizações investem majoritariamente em projetos próprios ou de terceiros.

Isto evidencia a importância de o corpo técnico das organizações patrocinadoras estar capacitados na disciplina e familiarizado com as melhores diretrizes para o desenvolvimento de ações de RSC. Ou seja, o sucesso do desenho e da implementação dessas ações também dependerá de sua expertise, além do *know-how* das organizações envolvidas, das organizações do terceiro setor ou das empresas consultoras, para levar a cabo essas ações.

Em relação aos temas prioritários para alvos dos investimentos sociais, o Censo GIFE 2022-2023 indica que a área da educação é a que tradicionalmente recebe maior atenção das organizações.

Em 2022, correspondeu a aproximadamente 2 bilhões de reais (42%) do volume total. A categoria “Inclusão produtiva, empreendedorismo e geração de renda” segue em segundo lugar, como tema prioritário, mas em quinto lugar em relação ao total de recursos recebidos. Recebeu aproximadamente 280 milhões de reais (6%) do volume total.

4.2 Investimento Social Privado (RSC) no setor de geração de energia renovável no Piauí.

Vimos nos tópicos anteriores que o investimento social privado possui caráter estratégico para as empresas e está em linha com os princípios mais modernos de gestão das organizações.

A seguir será abordado o crescimento do número de empresas de geração de energia renovável no Piauí, bem como suas práticas de investimento em projetos sociais para as comunidades das áreas de suas usinas. Estas empresas frequentemente possuem uma agenda de sustentabilidade e são signatárias de protocolos a ela relacionadas, o que leva à dedução de que atuam realizando projetos sociais naquele estado.

De acordo com o Atlas da energia solar, o Brasil como um todo e a região nordeste em especial, destacam-se em termos de potencial de geração de energia renovável, principalmente das modalidades eólica e solar. Suas características geográficas e climáticas favorecem um regime de ventos e de insolação otimizados para fins de geração de energia elétrica, tanto em pequena como em larga escala (ABEEÓLICA, 2025).

Por outro lado, o crescimento econômico do país ocasionado pelo aumento da renda média e melhoria da qualidade de vida favorece uma demanda crescente de energia, em especial da elétrica. Esta tendência está associada de forma consistente ao crescimento do PIB (Pereira, 2017).

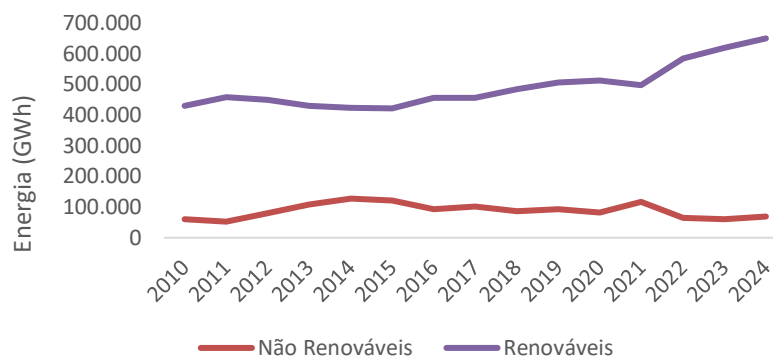
Devido a esse contexto e a políticas públicas de incentivo, os investimentos em usinas de geração eólica e solar cresceu muito no Brasil. Segundo a Abecólica, nos últimos 11 anos foram investidos mais de 42 bilhões de dólares no setor, e hoje o país é um dos que mais investe nesta fonte de energia no mundo (ABEEÓLICA, [s.d.]).

Em relação à energia solar, estima-se investimentos da ordem de 130 bilhões de dólares, em termos de potência total outorgada³. De acordo com a Absolar (2022), o Brasil chegou à marca de 15,2 GW de capacidade instalada no ano de 2024.

³ Este valor inclui empreendimentos em operação, em construção, e os ainda por construir.

Abaixo, segue um gráfico que ilustra o crescimento da participação das usinas de geração de energia de fonte renovável na matriz elétrica nacional, desde 2010.

Gráfico 4 - Crescimento da participação de fontes de energia renovável na matriz energética nacional.



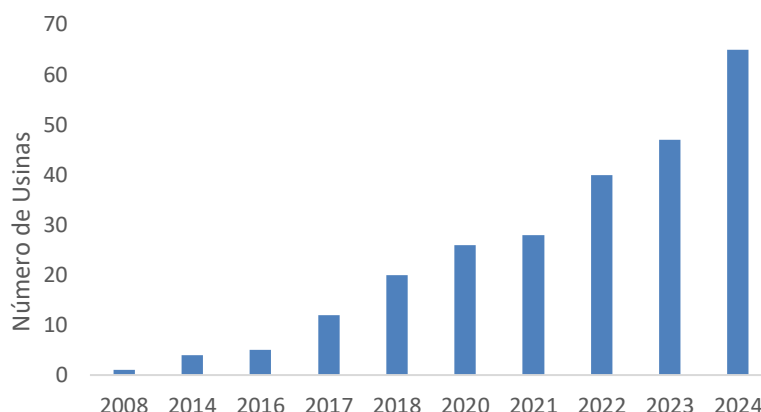
Fonte: Elaboração própria, a partir de EPE (2025).

Esse cenário de crescimento tem grande participação dos estados do nordeste, dado o potencial de geração da região. Como o local da nossa pesquisa é o estado do Piauí, interessamos aqui saber dos projetos que foram instalados naquela unidade da federação.

Para levantar esse número, realizamos uma pesquisa no banco de dados da plataforma *ePowerBay*, que contém informações centralizadas referentes ao setor de energia no Brasil. O levantamento permitiu identificar todos os empreendimentos de geração de energia solar e eólica que estão atualmente em operação no estado do Piauí.

Os resultados informam que, em 2008, foi inaugurado o primeiro empreendimento e que, em 2024, o estado já contava com 65 iniciativas. Ou seja, todo o parque de geração centralizada de energia solar ou eólica estabeleceu-se no estado do Piauí nos últimos 16 anos.

A seguir segue gráfico que ilustra esse crescimento:

Gráfico 5 - Crescimento de projetos de geração de energia solar e eólica no Piauí.

Fonte: Elaboração própria a partir de EPOWERBAY (2025).

Ainda de acordo com a base de dados EPOWERBAY (2025), esses 65 empreendimentos pertencem a dez diferentes empresas, que possuem usinas que variam de capacidade de geração instalada desde 0,5 MW até mais de 500 MW, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Porte das usinas de geração solar e eólica do Piauí.

Empresa	Capacidade (MW)
1	505,80
2	448,20
3	360,00
4	213,09
5	186,04
6	167,50
7	100,80
8	18,00
9	1,00
10	0,51

Fonte: Elaboração própria a partir de ePowerbay (2025).

Ao consultar os respectivos sítios eletrônicos, verifica-se que se trata de empresas transnacionais e que a maioria dos empreendimentos, sete de um total de dez, são de grande porte, com mais de 100MW instalados. As empresas possuem, em geral, política de sustentabilidade e divulgam seu desempenho neste aspecto por meio do protocolo de relato integrado *Global Reporting Initiative* (GRI).

Para uma menor parte das empresas, os sítios eletrônicos não divulgam um relato de sustentabilidade, mas foi possível verificar que realizam investimentos sociais e divulgam seus resultados no sítio eletrônico.

Abaixo, segue quadro com uma síntese das informações sobre os investimentos sociais realizados pelas empresas estudadas, com base nas informações disponíveis no relatório GRI ou nos respectivos sítios eletrônicos.

Quadro 1 - Perfil de investimento social das empresas estudadas.

Empresa	Tipologia de investimentos sociais realizados pelas empresas
1	saneamento rural, produção agropecuária, inclusão digital, captação de água da chuva e reforma de equipamento público.
2	projetos educacionais, saneamento, empreendedorismo, saúde, geração de renda e área cultural, esporte.
3	projetos educacionais, recreativos, turismo, esporte, cultura e arte.
4	projetos educacionais, saúde básica, geração de renda, cultura e esporte.
5	formação para o mercado de trabalho e em ações culturais.
6	mitigação de efeitos de catástrofes climáticas, empreendedorismo, projetos educacionais, formação para o mercado de trabalho, bioeconomia e produção sustentável
7	projetos educacionais e capacitação para o mercado de trabalho
8	projetos sociais educacionais, como cursos profissionalizantes e na área cultural.
9	Informação não disponível.
10	produção sustentável e projetos educacionais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios de sustentabilidade da GRI e dos sítios eletrônicos das empresas pesquisadas.

Como pode ser observado, 9 das 10 empresas possuem investimentos em projetos sociais que são desenvolvidos nas comunidades em que atuam. No entanto, não foi possível identificar que esses investimentos foram destinados para os respectivos projetos no estado do Piauí.

Ou seja, o fato de as empresas possuírem uma agenda ASG e desenvolverem projetos sociais para as comunidades do entorno não significa que todas as localidades em que atuam estarão abrangidas por essas práticas.

Em relação à empresa 9, não foi possível localizar qualquer informação referente a investimentos sociais. Acredita-se que isso se deva ao seu pequeno porte, pois detém uma usina

com capacidade de apenas 1MW, o que leva a crer que não adota ou ainda não divulga a prática de ações de RSC.

Destaca-se o fato de que não é possível verificar claramente, nos relatórios de sustentabilidade e nos sítios eletrônicos das empresas pesquisadas a abrangência dos projetos sociais por elas desenvolvidos. Assim, infere-se que uma empresa pode atuar em diversos territórios e destinar seus recursos via projetos sociais para somente algumas dessas localidades.

Esses resultados estão de acordo com Alves, Bastos e Carneiro (2025), que apontam a superficialidade, a falta de transparência na divulgação das iniciativas e a implementação fragmentada dessas ações como características das práticas de RSC, fatores limitantes de sua credibilidade junto às partes interessadas.

4.3 Estudo de caso - projeto Quipá: jovens cultivando saberes.

Para aprofundar o estudo sobre como funciona a prática empresarial, no tocante à execução das ações de RSC orientadas pela agenda ASG, será apresentado neste item o estudo de caso do projeto Quipá.

Buscou-se fazer uma abordagem em que fiquem elucidados os principais resultados, desafios e as estratégias utilizadas na sua implementação, partindo da etapa do surgimento do compromisso da empresa, por meio do programa Celeo na Comunidade, passando pelas etapas de concepção, planejamento, execução, até a avaliação dos resultados alcançados, em que se buscou relacionar seus resultados com a promoção do desenvolvimento sustentável para as comunidades abarcadas pelo projeto.

4.3.1 O Programa Celeo na Comunidade.

Em 2021, foi criado o programa ‘Celeo na Comunidade’ para endereçar as ações de RSC, dada a relevância do tema para a empresa.

De acordo com seu relatório de sustentabilidade, as relações com as comunidades e a ação social, que incluem os direitos civis, políticos, econômicos e culturais das comunidades afetadas, são temas materiais da empresa, os quais possuem significativa importância para a organização. O compromisso social em relação às comunidades é descrito da seguinte forma:

O compromisso social da Celeo se concentra em contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades, minimizando os impactos potenciais de suas atividades em suas áreas de influência. Este propósito está articulado na Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa da empresa, projetada para construir relacionamentos

éticos, transparentes e sustentáveis com as partes interessadas (CELEO GROUP, 2025, pág. 121).

Uma das ações de RSC desenvolvida pela empresa, no âmbito de sua agenda ASG, é a promoção de projetos sociais para as comunidades do entorno de seus empreendimentos. Esta ação é orientada por compromisso público de adesão aos dez princípios do Pacto Global sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. (CELEO GROUP, 2025).

O programa ‘Celeo na Comunidade’ materializou-se por meio de uma chamada pública, via edital, para a captação de projetos sociais no município de São João do Piauí. A iniciativa visou contribuir para a qualidade de vida e para o desenvolvimento do capital humano local, nas suas diversas dimensões – social, educacional, econômica.

Destaca-se que, desde 2011, a empresa já vinha realizando projetos sociais via instrumentos governamentais criados com o fim de promover a produção, preservação e difusão cultural, por meio de incentivos fiscais, como a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (lei Rouanet), Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (lei do Audiovisual), Lei Complementar nº 222 de 26 de novembro de 2025 (lei de incentivos fiscais ao esporte).

Também já era prática da empresa a realização de investimentos em projeto sociais através dos instrumentos de fomento da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da criança e do adolescente) e da Lei nº 10.740, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da pessoa idosa), as quais também preveem mecanismos de incentivo fiscal que permitem que pessoas físicas e jurídicas destinem parte do imposto de renda devido a projetos sociais voltados a esses públicos.

O programa “Celeo na Comunidade” inaugurou na empresa o desenvolvimento e a implementação de projetos sociais totalmente financiados com recursos próprios, o que demonstra um salto de importância dessa prática de RSC e, por consequência, da agenda ASG no âmbito da estratégia empresarial da companhia.

A cidade de São João do Piauí foi escolhida como foco do projeto, por ser uma localidade estratégica para a empresa, que opera no município uma usina de geração de energia. Essa escolha foi também influenciada pelo contexto social e econômico do município. De acordo com o IBGE (2025a), em relação ao IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o município encontra-se na posição 3364ª de 5507 (nível federal) e na posição 126ª de 224 no nível estadual, o que representa valores abaixo da média. Em relação à incidência de pobreza, o município encontra-se na posição 707ª de 5507 (nível federal) e na posição 42ª de 224 (nível estadual), o que representa indicadores ruins para as variáveis apontadas.

4.3.2 O Projeto Quipá - Jovens Cultivando Saberes

Uma vez definido o local alvo do projeto, deu-se início ao processo de prospecção de potenciais instituições locais para o seu desenvolvimento. Por se tratar de um município de 21 mil habitantes, a expectativa era de que não haveria muitas organizações locais aptas para concorrer e elaborar um projeto adequado aos requisitos definidos no edital.

Por esse motivo, optou-se por realizar uma prospecção ativa de potenciais instituições parceiras, para garantir que uma organização local desenvolvesse o projeto. Para tal, foi contratada uma consultoria especializada, que realizou uma busca ativa em campo. A ideia era apoiar as instituições proponentes na elaboração e execução do projeto.

O processo de prospecção envolveu consulta a órgãos públicos municipais de São João do Piauí, a saber: Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria Municipal de Educação.

Nesse diálogo, no qual a empresa apresentou o Programa Celeo na Comunidade, surgiu a indicação das organizações que apresentavam potencial para a execução do projeto. A etapa prévia de prospecção de instituições locais para participação de projeto foi fundamental para o andamento das etapas posteriores. Nas palavras da empresa consultora, essa atividade prévia permitiu:

[...] o aumento de conhecimento acerca das realidades locais no que diz respeito ao trabalho que as OSCs já desenvolvem nos municípios em questão. Foi interessante também a articulação com o poder público de São João do Piauí [...], de maneira a estreitar as relações da empresa com as localidades abrangidas e ampliar o alcance da Responsabilidade Social Empresarial (SANTOS&BUENO, 2021, p.5)

Posteriormente, a Celeo, juntamente com a empresa consultora contratada, interagiu com as instituições locais, no intuito de engajá-las para a participação no edital e de orientá-las em relação ao atendimento aos requisitos do edital. Este trabalho resultou na apresentação de quatro projetos de instituições locais.

Ao final do processo de avaliação e seleção das propostas recebidas, o qual foi conduzido pela Celeo em conjunto com a empresa consultora, definiu-se pelo investimento no projeto Quipá: Jovens Cultivando Saberes, apresentado pelo Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro. Trata-se de organização social fundada em 2021, sediada em São João do Piauí (PI), dedicada à promoção da educação, cultura e valorização dos saberes tradicionais no semiárido. A elaboração do projeto envolveu a participação de uma rede de parceiros constituída por uma equipe multidisciplinar com experiência em gestão de projetos, com

profissionais especialistas em sustentabilidade e produção agrícola no semiárido, além de pedagogos (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2021).

A iniciativa contou com o financiamento e apoio técnico da Celeo bem como com assessoria técnica especializada da empresa Quarau.

O projeto Quipá foi concebido de forma alinhada à ideia da “Convivência Com o Semiárido”. Este termo refere-se a um projeto político cujos princípios concentram-se em defender o desenvolvimento sustentável e a busca por uma vida digna para as populações que habitam essa região, respeitando suas características naturais e culturais. A ideia central preconizada pelo movimento não é a de combater a seca, característica natural da região. Mas sim a de aprender a viver com ela, adotando estratégias que garantam segurança hídrica, alimentar e social (Articulação Semiárido Brasileiro, [s.d.]).

Destaca-se que o projeto Quipá não apresenta nenhuma relação com requisitos legais relacionados a licenciamento ambiental ou qualquer outro tipo de demanda. O nome Quipá faz referência ao cacto *Tacinga inamoena*, típico da região nordeste, que produz frutos nutritivos, mesmo em situação de escassez hídrica severa. Por essas características, a planta possui importância para os povos tradicionais e carrega consigo significados simbólicos que remetem à resiliência e à firmeza.

O nome Quipá, portanto, alinha-se aos objetivos iniciais do projeto que, conforme seus idealizadores:

nasce com o intuito de promover a valorização dos jovens e suas potencialidades, das culturas e conhecimentos locais, conscientização social, ética e ambiental, desenvolvimento de novas habilidades e competências, oportunidade de trabalho remunerado, aumento da conexão com seu ambiente, considerando a interdependência entre os eixos ambientais, sociais e culturais, e ainda a fixação dos jovens em seu ambiente natal. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO, 2021, p.3).

Em relação ao público-alvo, o projeto propôs beneficiar diretamente 64 jovens quilombolas e suas respectivas famílias, por meio de ações teóricas e práticas planejadas para fins educacionais, englobando ações de qualificação pessoal e profissional, implementação de unidades produtivas em campo, aprendizado de novas tecnologias e de organização de cadeias produtivas e comercialização.

A expectativa, quando de sua criação, era que as oficinas pedagógicas de qualificação profissional e a implementação em campo de unidades demonstrativas fossem capazes de proporcionar a esses jovens a incorporação de novos conhecimentos, de forma a impulsionar a criação e manutenção de novos processos produtivos, bem como a comercialização dos produtos gerados pelas atividades já tradicionalmente praticadas nos territórios.

Além disso, suas famílias também se beneficiariam, pois as unidades demonstrativas de produção seriam inseridas nas unidades de produção familiar pré-existentes.

Assim, foi definido como objetivo geral do projeto:

O objetivo do Projeto Quipá: Jovens Cultivando Saberes - estimular o protagonismo, o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens rurais quilombolas através de vivências em processos de tradição agroecológica, capacitação profissional e geração de renda familiar (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2021, p.12).

Enquanto os objetivos específicos do projeto são:

Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, com estímulo ao desenvolvimento social e profissional; valorizar as identidades, ancestralidades e diversidades individuais e coletivas da juventude das comunidades rurais quilombolas locais; fomentar a construção da cidadania, conhecimento sobre direitos sociais e da juventude do campo; desenvolver ações educativas voltadas ao crescimento social e profissional e que fomentem a permanência dos jovens em seu território natal; fomentar a dinâmica social de sucessão intergeracional entre os componentes da família em práticas de agricultura familiar- sucessão rural; promover a inclusão de jovens pequenos produtores, garantindo a igualdade de gênero, em organizações e cadeias de produção e comercialização da agricultura familiar (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2021, p.12).

A seguir são apresentadas as metas e indicadores estabelecidos pela equipe idealizadora do projeto, os quais basearam o processo de acompanhamento e avaliação de resultados:

Quadro 2 - Metas e indicadores do projeto Quipá.

Metas	Indicadores
Promover igualdade de gênero durante todas as ações a serem realizadas no projeto; Realizar atividades práticas que beneficiem as unidades produtivas familiares nos três territórios atendidos pelo projeto	Destinar 50% das vagas do projeto a mulheres, garantindo paridade de gênero Beneficiar 64 jovens e suas famílias por território com as ações do projeto
Ampliar o conhecimento dos jovens participantes com relação à cultura local, ancestralidade e valorização do campo – Régua de Maturidade;	Aumento da maturidade em ao menos duas variáveis da régua de conhecimento sobre o tema
Ampliar o conhecimento dos jovens participantes com relação à cidadania, direitos sociais e saúde básica – Régua de Maturidade;	Aumento da maturidade em ao menos duas variáveis da régua de conhecimento sobre o tema
Ampliar o conhecimento dos jovens participantes com relação às práticas agroecológicas, produção autossustentável e desenvolvimento sustentável – Régua de Maturidade;	Aumento da maturidade em ao menos duas variáveis da régua de conhecimento sobre o tema
Criar micro cadeia produtiva para comercialização dos insumos produzidos;	Cadeia produtiva e de comercialização operando
Ampliar a renda familiar dos jovens beneficiados pelo projeto; Possibilitar a continuidade da produção das unidades produtivas implantadas por mais um ciclo anual.	Resultado do diagnóstico socioeconômico (T0 e T1) Planejamento produtivo de cada unidade familiar para o próximo ciclo anual

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021);

O projeto Quipá foi concebido de forma alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente considerando os ODS 1 - Erradicação da Pobreza, ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 5 – Igualdade de Gênero, ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis.

Foi prevista, em sua concepção, a parceria com uma série de instituições públicas e privadas, a saber: Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural do Assentamento Saco Curtume, Associação dos Produtores Agroecológicos, Cooperativa Mista de Produção e Comercialização de Ovinos e Caprinos do Assentamento Lisboa COOPERCAMPO, Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas – CECOQ, Coordenadoria da Juventude do estado do Piauí (COJUV), Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, Divisão de Políticas para Mulheres de São João do Piauí, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Sala do Empreendedor de São João do Piauí (SEBRAE), secretarias municipais de educação, desenvolvimento social e desenvolvimento rural e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Os produtos previstos na concepção do projeto incluem:

01 Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades e bases metodológicas de cada ação proposta; 03 Relatórios de Acompanhamento Trimestral; 01 Relatório de Acompanhamento e Avaliação Semestral; 01 Relatório de Acompanhamento e Avaliação Final (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2021, p.24).

O custo estimado para a execução do projeto foi de aproximadamente R\$ 435.000 (quatrocentos e trinta em cinco mil reais).

A avaliação dos resultados do projeto foi pensada para ocorrer durante o período de sua implementação. Foi prevista a aplicação regular de questionários, formulários de monitoramento e visitas técnicas às unidades amostrais.

Abaixo são apresentados os critérios estabelecidos para orientar essa etapa do projeto:

Eficiência: Relação custo/ benefício para o alcance dos objetivos; Eficácia: Medida do grau de atingimento dos objetivos e metas; Efetividade: Efeitos positivos que o projeto trouxe, com relação às competências técnicas, sociais, culturais, institucionais e ambientais; Sustentabilidade: Capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados após o término do projeto; Satisfação do beneficiário: Avalia a satisfação dos jovens com relação às ações desenvolvidas pelo projeto (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO, 2021, p.24).

A seguir serão apresentados os territórios em que se desenvolveram as atividades do projeto Quipá.

4.3.3 Os quilombos de São João do Piauí: Saco Curtume, Riacho dos Negros e Picos.

O projeto Quipá, como vimos no item anterior, foi conduzido por pessoas quilombolas e parceiros, e teve como público-alvo principal os jovens quilombolas. No Brasil, segundo o Censo Quilombola realizado em 2022, a população quilombola residente é de 1.330.186 pessoas, distribuídas em 1.700 municípios, 24 estados e no Distrito Federal. Aproximadamente 68% desse total encontra-se na região nordeste.

No estado do Piauí vivem aproximadamente 32 mil pessoas quilombolas. No município de São João do Piauí, os quilombolas são um total de 2.152, o que corresponde a aproximadamente 10% da população total do município, que é de 21.421 pessoas. Do total de pessoas quilombolas do município, 614 vivem em territórios quilombolas e 1538 vivem fora de territórios quilombolas (IBGE, 2025b).

O projeto Quipá trabalha diretamente com esse universo de 614 pessoas, distribuídas pelas três comunidades quilombolas certificadas do município: 1) Saco Curtume, certificada em 2009 pela Fundação Cultura Palmares e demarcada como Assentamento Rural em 1998; 2) Riacho dos Negros⁴, certificada em 2009 pela Fundação Cultural Palmares e 3) Picos, certificada em 2017, pela mesma fundação (FCP, 2022).

O território Saco Curtume é formado por uma comunidade com dois núcleos distintos, Saco e Curtume. O território Riacho dos Negros é composto, por sua vez, por seis comunidades distintas: Junco, Malhada, Estreito, Elizier, Curral Velho e Riacho dos Negros. A comunidade de Picos é composta por somente um território.

Os três territórios possuem diversas características em comum, dentre as quais destacamos: organização social, práticas de associativismo, agricultura familiar com produção de milho, mandioca, banana, feijão, abóbora e melancia, bem como pecuária, onde se destaca a criação de suínos, ovinos, caprinos, bovinos e apicultura. Essas atividades, em geral, são voltadas para a subsistências das comunidades (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2021).

4.3.4 Descrição das atividades desenvolvidas no projeto Quipá.

De acordo com o Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021), o Projeto Quipá foi estruturado em cinco eixos formativos, todos com ações teóricas e práticas, tendo

⁴ Esta última possui parte do território também inserida nos municípios de Pedro Laurentino e Nova Santa Rita.

como público-alvo pessoas de 15 a 29 anos, em situação de vulnerabilidade social, com pelo menos 50% do sexo feminino.

Abaixo são apresentados o cinco eixos formativos:

- Eixo 1: Autonomia, Protagonismo e Potencialização de Habilidades;
- Eixo 2: Jovens Cidadãos
- Eixo 3: Profissionalização, Trabalho e Renda
- Eixo 4: Conversação
- Eixo 5: Jovem Sustentável

De acordo com o primeiro relatório parcial produzido pela Umbuzeiro (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022a), a etapa de mobilização dos participantes foi iniciada previamente por meio de convites eletrônicos e impressos.

Posteriormente, realizaram-se reuniões nos territórios quilombolas e nas instituições com potencial de se tornarem parceiras do projeto. Foram visitadas as comunidades quilombolas Picos, Saco Curtume, Curral Velho e Estreito (as três últimas pertencentes ao território Riacho do Negros).

Esses encontros foram conduzidos pelos representantes da Instituição Umbuzeiro, da empresa consultora e da patrocinadora do projeto. A intenção foi a de divulgar a iniciativa e engajar as comunidades, visando a seleção de jovens cujo perfil se adequasse ao buscado pela equipe executora.

No dia 23 de março de 2022, foi realizada uma reunião inicial do projeto com o intuito de se instalar uma comissão municipal de acompanhamento. Estavam presentes representantes de todos os territórios quilombolas de São João do Piauí, bem como de doze instituições parceiras. Ao final, a comissão estabelecida foi composta por representantes das instituições: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, UNIVASF - Colegiado de Antropologia, Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas (CECOQ), Instituto Federal do Piauí (Campus São João do Piauí), representantes dos território quilombolas de Picos e de Saco Curtume.

Após a formação da Comissão Municipal, iniciou-se o processo de seleção dos jovens participantes do projeto. Esta etapa envolveu uma articulação ampla e abrangente, com reuniões presenciais diversas e com a participação de representantes de todos os territórios. O número limitado de vagas ensejou uma série de discussões e acordos, para a seleção inicial do grupo de jovens participantes. Como não foi possível abranger todas as seis comunidades do território Riacho dos Negros, definiu-se, em conjunto, pela retirada de todas as comunidades deste

território. Assim, o projeto incluiu apenas os territórios Saco Curtume e Picos e jovens residentes da cidade de São João do Piauí, que participaram das oficinas e capacitações. Esse desenho proporcionou oportunidade de interação entre jovens das áreas rurais e urbanas.

A formação desta comissão, bem como a resolução do impasse mencionado em relação à comunidade Riacho dos Negros evidenciam um arranjo de governança policêntrica, caracterizado por vários centros de decisão (os representantes dos três territórios e as diversas instituições). De acordo com Ostrom (2009), essa condição está associada ao aumento da flexibilidade institucional e da capacidade adaptativa do sistema socioecológico, essencial para processos duradouros de gestão coletiva, atributos que fortalecem a resiliência geral do sistema (Buschbacher, 2014). Na prática, ao envolver representantes dos territórios e as instituições parceiras, a equipe executora promoveu as decisões de forma coletiva, aumentando a legitimidade do projeto e o engajamento dos participantes, reduzindo os conflitos.

Importante destacar que as pessoas do território Riachos dos Negros participaram ativamente das atividades previstas como, por exemplo, no encontro de compartilhamento com mestres e mestras de ofícios, ocorrido em novembro de 2022, e na Feira Quipá, evento que fechou a primeira etapa do projeto (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022A; QUARAU, 2023).

Além disso, houve a efetivação de parcerias com treze instituições para a construção do projeto, entre as quais são destacadas as seguintes: Prefeitura Municipal de São João do Piauí, SEBRAE-PI, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus São João do Piauí (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2021).

Portanto, nesta primeira etapa de mobilização do projeto Quipá, já ficam evidenciadas características importantes, como o sistema de governança estabelecido, o número expressivo de parceiros do projeto e a diversidade entre eles.

Em seguida serão apresentadas as ações previstas em cada um dos eixos de ação, bem como apresentados os respectivos resultados em tabelas individualizadas para cada eixo formativo. Na sequência de cada tabela, foram sistematizadas as informações dos relatórios de acompanhamento do projeto, enfatizando as informações relevantes para o entendimento das diferentes etapas do projeto.

A seguir é apresentada a tabela com as atividades, ações e resultados alcançados, referente ao Eixo 1:

Quadro 3 - Atividades, ações e resultados do Eixo 1 - Autonomia, Protagonismo e Potencialização de Habilidades.

Atividade	Ação	Resultado
1.1 – Ciclo de Oficinas Socioeducativas	1.1.1 - Oficina de Autoconhecimento: Visa trabalhar a percepção dos jovens no mundo contemporâneo, desenvolvendo suas identidades, autoestima, resiliência, ajudando-os a reconhecer seu lugar nesse mundo, seus limites e potencialidades e valorizando suas vidas.	3 oficinas realizadas (Saco/Curtume, Picos e IFPI)
	1.1.2 - Oficina de Ética e Cidadania: Visa trabalhar as relações com os outros e com suas comunidades, desenvolvendo suas capacidades de comunicação, de interação, melhorando suas relações interpessoais com os colegas, com a família e a comunidade, valorizando e respeitando as diferenças e diversidades étnico-racial, de gênero e orientação sexual, culturais e religiosas, entre outras. Incentivar o trabalho coletivo e o protagonismo no desenvolvimento de seu trabalho e de suas comunidades e a participação social na formulação e execução de políticas públicas.	3 oficinas realizadas (Saco/Curtume, Picos e IFPI)
	1.1.3 - Oficina de Meio Ambiente: Proporcionar a reflexão sobre a necessidade de construir novas relações com o meio ambiente, e em especial para a convivência com o semiárido, despertando a atenção para a gravidade das mudanças climáticas, o desmatamento, a emissão de gases poluentes, as formas predatórias de trabalho e produção, suas consequências para o planeta e como isso afeta diretamente nossas vidas. Esta oficina estará interligada com a ação final do projeto, voltada à produção e distribuição de mudas de espécies nativas.	3 oficinas realizadas (Saco/Curtume, Picos e IFPI)

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021); Quarau (2023).

Conforme exposto no segundo relatório parcial Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2022b), a oficina de autoconhecimento foi a primeira a ser realizada, entre maio e junho de 2022, dada a importância apontada pelos responsáveis pela execução do projeto, que consideraram essencial trabalhar a subjetividade para o fortalecimento das identidades e da aceitação pessoal dos jovens participantes do projeto.

As ações previstas para este eixo foram continuadas com as oficinas de ética e cidadania, realizadas em junho de 2022 nas comunidades Saco Curtume e Picos e, em outubro de 2022, no Campus do IFPI, com os jovens da área urbana. Foram abordados temas como direitos e deveres, políticas públicas, legislação direcionada ao público jovem, igualdade de gênero e questões antirracistas.

Adicionalmente, em julho de 2022, foram realizadas as oficinas de meio ambiente nas comunidades Saco Curtume e Picos e, em outubro de 2022, no Campus do Instituto Federal de São João do Piauí.

Essas oficinas focaram temas relativos ao aquecimento global e o consequente aumento de eventos ambientais extremos, consumo consciente, impactos ambientais e escassez hídrica, visando a sensibilização sobre as mudanças climáticas e sobre as ideias defendidas pelo

movimento social Convivência com o Semiárido (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022b; 2022c).

Quadro 4 - Atividades, ações e resultados do Eixo 2: Jovens Cidadãos.

Atividade	Ações previstas	Resultados
2.1 – Jovens da Comunidade	2.1.1 - Curso de capacitação em associativismo e cooperativismo: Momento de interação e diálogo sobre as novas perspectivas para a juventude, e para diagnosticar como se organizam socialmente, além de sua atuação na vida da comunidade. Ações de Formação voltada ao associativismo e cooperativismo na perspectiva da autonomia e da autogestão.	5 oficinas realizadas (Saco/Curtume, Picos, SEBRAE e IFPI)
	2.1.2 - Encontro de compartilhamentos com os mestres e mestras de ofícios. Uma proposta para a promoção de partilha de vivências, possibilitando pensar estratégias de integração e fortalecimento dos saberes e fazeres entre as gerações.	01 encontro realizado (Secretaria Municipal de Educação)
2.2 – Formação para Cidadania	2.2.1 - Mutirão de acesso a políticas públicas para a juventude: Promover encontros e discussões, com os órgãos locais de governo, sobre políticas públicas direcionadas à população jovem. Realizar a análise crítica de como as políticas existentes vêm sendo implementadas e a proposição de melhorias e estratégias para facilitação de acesso a estas políticas pela juventude.	01 mutirão realizado (Secretaria Municipal de Educação)
	2.2.2 - Oficina sobre trabalho, igualdade de gênero e raça: Promover a reflexão sobre as oportunidades para homens e mulheres e negros no mercado de trabalho e a importância de medidas efetivas de inclusão. Realizar a proposição de melhorias para mudança do cenário localmente.	3 oficinas realizadas (Saco/Curtume, Picos e IFPI)
	2.2.3 - Seminário sobre juventude e bioempreendedorismo: Debater sobre os interesses e aptidões dos jovens no mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo de forma sustentável.	01 seminário realizado (Secretaria Municipal de Educação)

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021) e Quarau (2023).

O curso de capacitação em associativismo e cooperativismo contou com oficinas realizadas em julho de 2022, na comunidade Saco Curtume, e em outubro do mesmo ano, no campus do IFPI.

Nos encontros foi abordada a relevância do associativismo e do cooperativismo como formas organizadas de representação jurídica na defesa dos interesses da coletividade e como estratégia para promover a gestão participativa e o aumento da produtividade.

Em relação à ação 2.2.1, mutirão de acesso a políticas públicas para a juventude, que teve lugar no auditório da Secretaria Municipal de Educação de São João do Piauí, o conteúdo do evento versou sobre as políticas públicas em vigor, voltadas para a juventude, e sobre as formas de acesso a elas. Além disso enfatizou serviços de atendimento à mulher e a promoção da defesa contra a violência.

O evento contou com a presença da Secretaria de Estado para as Mulheres do Piauí – SEPM, representada pela Sra. Zenaide Lustosa, secretária da pasta, e com a presença da coordenadoria da Juventude do Piauí – COJUV. Este Órgão tem como missão planejar, coordenar, fomentar, executar e monitorar políticas públicas articuladas de forma transversal para a juventude de todos os territórios do Estado, viabilizando a participação do jovem nas decisões e na consolidação de sua cidadania (Governo do Estado do Piauí, [s.d.]).

A ação 2.2.2, oficina sobre o trabalho e igualdade de gênero e raça, foi realizada em dezembro de 2022, nas comunidades quilombolas Saco Curtume e Picos e, em janeiro de 2023, para os jovens da área urbana de São João do Piauí. Foram abordados temas relacionados às lutas e às conquistas históricas das mulheres, assim como trabalhados os conceitos de desigualdade, violência e racismo e a necessidade de superação dessa realidade como caminho futuro.

Quadro 5 - Atividades, ações e resultados do Eixo 3: Profissionalização, Trabalho e Renda

Atividade	Ação	Resultados
3.1 - Implementação e Fortalecimento do Quintal Criativo Agroecológico (produção de hortas e avicultura caipira)	3.1.1 - O incremento nos quintais criativos agroecológicos: i) melhoria das práticas produtivas (introdução de inovações, estratégias de redução de insumos externos, fortalecimento da organização dos grupos de jovens); ii) apoio financeiro, construção ou melhorias de infraestrutura para criação e nutrição animal.	10 unidades de quintais criativos implementadas
	3.1.2 - Elaboração do modelo de gestão do projeto a ser implantado obedecendo às particularidades individuais e necessidades do sistema.	
	3.1.3 - Implantação do Quintal Criativo Agroecológico: construção de galinheiros, preparação de área de hortas agroecológicas e cercamento de área de forragem.	
3.2 - Implementação de Unidade de Compartilhamento de Ovinocaprinocultura.	3.2.1 - Elaboração do modelo de gestão do projeto a ser implantado obedecendo às particularidades individuais e necessidades do sistema, com adoção de cadernos de acompanhamento da atividade que mostram a evolução da ação.	11 unidades de compartilhamento de ovinocaprinocultura implantadas
	3.2.2 - Formação de equipes para aquisição do material da implementação da atividade, com realização de cotação de preços e elaboração de livros caixa.	
	3.2.3 - Implantação da Unidade de Compartilhamento de Ovinocaprinocultura e produção de forragem.	
	3.2.4 - Acompanhamento técnico da atividade.	
3.3 - Implementação da Unidade de Compartilhamento Apícola	3.3.1 - Elaboração do modelo de gestão do projeto a ser implantado obedecendo às particularidades individuais e necessidades do sistema, com adoção de cadernos de acompanhamento da atividade que mostrem a evolução da ação com fichas técnicas de revisão de apiário e ficha individual de colmeias	12 unidades produtoras de mel implantadas
	3.3.2 - Formação de equipes para aquisição do material da implementação da atividade, com realização de cotação de preços e elaboração de livros caixa.	

	3.3.3 - Implantação do sistema de compartilhamento apícola: construção de apiários, que consiste em escolha do local, construção de cavaletes para colocação de colmeias e armadilhas para animais peçonhentos.	
	3.3.4 - Acompanhamento técnico da atividade.	
3.4 - Implantação de Unidade de Compartilhamento de Mandiocultura Irrigada.	3.4.1 - Elaboração do modelo de gestão do projeto a ser implantado obedecendo às particularidades individuais e necessidades do sistema, com adoção de cadernos de acompanhamento da atividade.	
	3.4.2 - Formação de equipes para aquisição do material da implementação da atividade, com realização de cotação de preços e elaboração de livros caixa.	01 unidade de compartilhamento de mandiocultura irrigada implantada
	3.4.3 - Implantação da Unidade de Compartilhamento de Mandiocultura Irrigada.	
	3.4.4 - Acompanhamento técnico da atividade	

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021); Quarau (2023).

As atividades do eixo 3 referem-se à implementação das unidades compartilhamento, divididas em quatro grupos: quintal criativo, ovinocaprinocultura, apicultura e mandiocultura irrigada.

A primeira fase de implementação das ações envolveu visitas técnicas de campo, em áreas de produtores rurais do município de São João do Piauí. Essas visitas tiveram como foco permitir que os jovens conhecessem os resultados e o potencial de experiências concretas de produção.

Os jovens do grupo da atividade 3.4, implantação das unidades de compartilhamento de mandiocultura irrigada, realizaram uma visita na localidade de Lagoa da Serra, onde foram recepcionados por um produtor rural. Este encontro possibilitou aos jovens o contato com a produção de culturas variadas, como milho, melancia, batata doce, mandioca, criação de peixes e apicultura.

Para resolução das questões técnicas envolvidas nesta atividade, como o desenvolvimento do projeto de irrigação e a escolha da variedade de mandioca para o plantio, buscou-se, inicialmente, estabelecer uma parceria com a Embrapa Meio Norte. No entanto, esta não foi viabilizada neste momento, por questões burocráticas que não puderam ser superadas no âmbito do projeto.

Diante do impasse, o instituto Umbuzeiro articulou uma solução junto ao IFPI, já parceiro do projeto, que cedeu um professor engenheiro agrônomo para elaboração do sistema de irrigação e acompanhamento técnico da implantação da unidade de compartilhamento.

No projeto Quipá, este grupo de jovens foi responsável pela implementação de uma unidade de compartilhamento de mandiocultura irrigada, que consistiu em aquisição de materiais para irrigação, implantação do sistema e o plantio de mandioca, que posteriormente

seria beneficiada na casa de farinha existente na comunidade Saco Curtume. Esta atividade contou com a participação de outros comunitários que já atuam no cultivo de mandioca e coordenam as atividades na casa de farinha.

Os jovens do grupo dos quintais criativos visitaram o Assentamento Lisboa, onde puderam conhecer uma horta comunitária com cultivos diversos como coentro, cebolinha, alface, couve, rúcula, tomate, pimentão, pimentinha, mamão, banana e macaxeira, alimentos que são comercializados na feira municipal ou adquiridos pelo programa governamental Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Adicionalmente, visitaram uma horta particular implementada em 2013, por meio do Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS). Nesta horta são cultivadas diversas espécies de hortaliças, como coentro, cebolinha, alface, rúcula, chuchu-cabaça, mamão e banana. A produção constitui a principal fonte de renda para a proprietária.

No projeto Quipá, o objetivo desse grupo foi a implantação de 10 quintais criativos, os quais foram constituídos por construção de galinheiros, cercamento de quintais, preparação de canteiros para hortas e plantio de banco de proteínas. Essas atividades foram iniciadas ou fortalecidas, com o intuito de melhorar a qualidade alimentar e nutricional das famílias, além de gerar renda a partir da comercialização dos produtos excedentes nas feiras, comércio locais, ou via entrega em domicílio.

No decorrer do processo, ajustes no planejamento inicial foram necessários, para a contratação de pedreiros para a realização dos trabalhos de alvenaria. Destaca-se, contudo, a participação dos jovens e de suas famílias na atividade da construção das unidades de compartilhamento (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022b; 2022c, 2022d).

O grupo formado pelos jovens das unidades de compartilhamento de ovinocaprino cultura realizou uma visita técnica também no Assentamento Lisboa, onde puderam conhecer a experiência da Cooperativa Mista de Produção e Comercialização de Caprinos e Ovinos da Lisboa (Coopercampo), formada em 2014, com apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os membros dessa cooperativa foram contemplados pelo Projeto Viva o Semiárido, o que lhes permitiu desenvolver a criação e comercialização de ovinos e caprinos, adquirir máquinas e conhecimento técnico. Atualmente a produção está consolidada.

No projeto Quipá, os jovens participantes desse grupo de trabalho foram responsáveis pela implantação de 11 unidades de compartilhamento de ovinocaprino cultura, que consistiu em construção de apriscos, cercamento de áreas para pastagem e plantio de banco de proteínas.

Assim como ocorrido no grupo referente aos quintais criativos, o planejamento inicial foi revisado, visando a aquisição de materiais e a contratação de pedreiros para execução dos trabalhos em alvenaria necessários para a construção dos apriscos.

O grupo de jovens das unidades de compartilhamento apícola realizaram a visita técnica na localidade de Lagoa da Serra. Durante a visita tiveram a oportunidade de conhecer um apiário já consolidado, onde foram recebidos pelo proprietário que abordou questões relacionadas à segurança da atividade, ao mercado e à produção orgânica do mel.

No projeto Quipá, esse grupo de trabalho foi responsável pela implantação de 12 unidades de compartilhamento produtoras de mel, que consistiu em aquisição de equipamentos e materiais de uso coletivo e individual como colmeias, equipamento de proteção individual (EPI), materiais de uso coletivo para o manejo e extração do mel, além de estabelecimento de um espaço na comunidade para funcionar como casa do mel, estrutura fundamental para o processamento do produto e continuidade da atividade (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022b; 2022c).

Quadro 6 - Atividades, ações e resultados do Eixo 4: Conversação.

Atividade	Ação	Resultados
4.1 - Comunicação e informação: jovens antenados	4.1.1 - Oficina de redação e ortografia: leitura e produção de texto, para melhorar a comunicação dos jovens, desenvolver habilidades na produção textual e com isso transmitir com clareza e objetividade seus pensamentos, redigir e-mails, elaborar apresentações, na produção de material de divulgação de seus produtos.	6 oficinas realizadas (Saco/Curtume, Picos e IFPI)
	4.1.2 - Oficinas de Comunicação e Marketing: marketing, branding, marketing digital, marketing pessoal, a fim de preparar jovens para se relacionar em uma sociedade conectada e dotá-los de conhecimento de marketing para posicionarem seus produtos no mercado.	01 oficina realizada (Sede da associação Saco/Curtume)
	4.1.3 - Oficina de Computação Gráfica e Design Gráfico: nesta oficina os jovens poderão desenvolver competências e habilidades para criar peças e material gráfico de divulgação dos seus produtos.	2 oficinas realizadas (Centro Estadual de Educação Profissional Francisco Paes Landim Neto)
	4.1.4 - Oficina de Informática: Word e Excel: os jovens aprenderão as noções básicas desses dois softwares que são bastante usados em atividades administrativas o que irá ajudá-los no planejamento, orçamento e autogestão.	2 oficinas realizadas (Centro Estadual de Educação Profissional Francisco Paes Landim Neto)

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021); Quarau (2023).

Sobre a ação 4.1.1, foram realizadas duas oficinas de redação e ortografia para o grupo de jovens da área rural (quilombolas) e duas para os jovens da área urbana. Nestas oficinas buscou-se relacionar a produção textual à realidade dos jovens, estimulando a escrita, leituras

individuais e coletivas. Para os jovens quilombolas, o foco foi trabalhar o conteúdo da divulgação dos produtos das unidades de compartilhamento, ao passo que para os jovens da área urbana, o trabalho foi mais focado em redação voltada ao exame nacional do ensino médio.

Conforme apontado no relatório final da etapa 1, o desenho proposto para esta oficina promoveu a troca de experiência entre urbano e rural, uma vez que oportunizou maior interação entre esses grupos de jovens. Essa troca foi importante para permitir que se conhecessem e desenvolvessem empatia pelas respectivas realidades (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022).

De acordo com o terceiro relatório parcial (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022c) muitos beneficiários, especialmente os quilombolas, apresentaram dificuldades de leitura e escrita. Embora a oficina de redação e ortografia não tenha superado tais desafios, despertou interesse pelo tema, indicando a necessidade de novas iniciativas neste sentido, que ultrapassem o ensino formal.

Dentre as atividades previstas para o eixo 4, as quais visaram aprimorar as habilidades de comunicação dos participantes, destacamos duas informações presentes no relatório final da etapa 1 do projeto (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022a)

A primeira, é que tanto as atividades da oficina de designer gráfico, como as da oficina de computação (word e excel), foram realizadas no laboratório de informática cedido pelo Centro Estadual de Educação Profissional Francisco Antônio Paes Landim Neto.

A segunda informação que se destaca é que as oficinas de estratégia e marketing foram realizadas por meio da parceria com o SEBRAE – PI, que atendeu prontamente uma solicitação do Instituto Umbuzeiro. O SEBRAE ainda cedeu, sem ônus ao projeto, uma instrutora e o material didático.

Esses resultados demonstram a efetividade das parcerias firmadas pelo Instituto Umbuzeiro para a condução do projeto, ao mesmo tempo em que exemplificam como a rede de parceiros pode operar para a otimização e ampliação dos resultados pretendidos.

Outro ponto que importa destacar em relação às atividades deste eixo foi o aumento da carga horária da oficina de computação (word e excel), que se deu em função da defasagem de habilidades, nestas disciplinas, dos jovens da área rural, quando comparados com os jovens das áreas urbanas.

Como essa oficina teve 50% de participação de jovens quilombolas (área rural) e 50% de jovens da área urbana, foi possível detectar menor familiaridade daqueles com computadores, o que ensejou o aumento da carga horário de 16h para 20h de oficina.

Quadro 7 - Ações previstas e realizadas referentes ao Eixo 5: Jovem Sustentável.

Atividade	Ação	Resultados
5.1 - Qualificação profissional para o manejo de atividades produtivas e geração de renda.	5.1.1 - Capacitação sobre sistemas de produção agroecológicos: o que é o sistema, qual a sua importância e como me reconheço neste sistema.	2 atividades de capacitação realizadas (Saco/Curtume e Picos)
	5.1.2 - Capacitação em criação de aves caipiras: instalações, manejo sanitário, alimentar e reprodutivo de aves.	2 atividade de capacitação realizadas (Saco Curtume)
	5.1.3 - Capacitação em produção de hortas em sistema agroecológico: preparo de área, plantio, produção de adubos e defensivos naturais.	2 atividade de capacitação realizadas (Saco/Curtume)
	5.1.4 - Capacitação em boas práticas e higienização de alimentos.	2 atividades de capacitação realizadas (Restaurante popular - Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania)
	5.1.5 - Capacitação em criação de caprinos/ovinos: instalações, manejo sanitário, alimentar e reprodutivo.	2 atividade de capacitação realizadas (Saco/Curtume)
	5.1.6 - Capacitação em produção de forragens e banco de proteína.	01 atividade de capacitação realizadas (Saco/Curtume)
	5.1.7 - Capacitação em beneficiamento de produtos cárneos e cortes especiais.	01 atividade de capacitação realizada (Restaurante popular - Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania)
	5.1.8 - Capacitação em manejo apícola: instalação de apiários, captura de enxames, manejo de colmeias e colheita do mel.	2 atividade de capacitação realizadas (Picos)
	5.1.9 - Capacitação em boas práticas de extração e beneficiamento do mel.	01 atividade de capacitação realizada (Saco/Curtume)
	5.1.10 – Capacitação em produção de mandiocultura irrigada	3 atividades de capacitação realizadas (Saco Curtume)
	5.1.11 – Capacitação em beneficiamento da mandioca e preparo de subprodutos	01 atividade de capacitação realizada (Saco Curtume)
5.2 - Promover a troca de saberes por meio de intercâmbio intermunicipal de experiências entre jovens	5.2.1 - Articulação com entidades parceiras que desenvolvem atividades afins com o Projeto Quipá, com o objetivo de serem anfitriãs dos jovens participantes para troca de saberes.	01 atividade de intercâmbio realizada (Remanso - BA) em atendimento aos itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3
	5.2.2 - Mobilização e definição de jovens participantes do Projeto Quipá para participação no Intercâmbio Interestadual;	01 atividade de intercâmbio realizada (Remanso - BA) em atendimento aos itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3
	5.2.3 - Visita dos jovens ao conjunto de experiências desenvolvidas pela entidade parceira com foco no fortalecimento das atividades do Projeto Quipá;	01 atividade de intercâmbio realizada (Remanso - BA) em atendimento aos itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3
5.3 - Realização da Feira Quipá: Jovens Cultivando Saberes	5.3.1 - Articulação com entidades parceiras e definição dos componentes do evento, local e metodologia.	01 feira realizada (Praça do Manuca) em atendimento aos itens 5.3.1 e 5.3.2
	5.3.2 - Mobilização de jovens e organização da produção para apresentação na feira.	01 feira realizada (Praça do Manuca) em atendimento aos itens 5.3.1 e 5.3.2

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021); Quarau (2023).

Assim como nas atividades do eixo 4, comentadas anteriormente, as do eixo 5 apresentaram resultados que foram bastante impulsionados pela rede de parceiros. O SEBRAE – PI novamente atendeu a uma solicitação do instituto Umbuzeiro e disponibilizou sem ônus

para o projeto instrutores e material didático para os cursos de capacitação em boas práticas de higienização de alimentos e capacitação em beneficiamento de produtos cárneos e cortes especiais.

Ambos os cursos foram realizados no Restaurante Popular, gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, uma das parcerias firmadas pelo projeto Quipá. Esses cursos focavam especificamente os jovens em unidades de compartilhamento de ovinocaprinocultura, atividade tradicional do semiárido.

Já a ação 5.1.1, capacitação sobre sistemas de produção agroecológicos, foi realizada em julho de 2022, na comunidade Saco Curtume. Um dos principais objetivos da oficina foi destacar a importância do envolvimento familiar na produção agroecológica, uma vez que a produção é voltada diretamente para o consumo das próprias famílias. Adicionalmente, foi elaborado o plano de gestão produtivo, que visou a redução de dependência de insumos externos, aumento da produção e da qualidade, bem como a produção de sementes.

Na mesma linha de atuação, ocorreram as oficinas de capacitação, em agosto de 2022, da ação 5.1.2, capacitação em criação de aves caipiras e ação 5.1.3, capacitação em produção de hortas em sistema agroecológico. Esta última foi realizada em agosto de 2022, abordando a produção orgânica, e trouxe a oportunidade de reflexão sobre o conceito de produção sustentável no contexto local.

Houve ainda mutirões para a implementação de canteiros e produção de compostagem, que agregaram a oportunidade de aprendizagem prática e entrosamento entre os jovens participantes do projeto Quipá (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022b).

As oficinas de capacitação em criação de ovinos e caprinos ocorreram em agosto e outubro de 2022. Envolveram atividades práticas e teóricas que abordaram temas relativos ao manejo, como vacinação, prevenção de doenças e patógenos, alimentação, reprodução e limpeza dos apriscos, cuja construção era uma das metas da atividade.

A ação 5.1.8, capacitação em manejo apícola, foi realizada em agosto e setembro de 2022, na comunidade de Picos. Foram abordados temas relacionados ao manejo apícola, como a captura de colmeias, boas práticas de manejo, disposição das caixas e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Durante a ação 5.1.9, capacitação em boas práticas de extração e beneficiamento do mel, foi possível a realização da colheita do mel das colmeias fornecidas pelo projeto Quipá, onde foram utilizados todos os equipamentos também fornecidos pelo projeto, o que evidencia um resultado prático.

Em relação à ação 5.1.11, capacitação em beneficiamento da mandioca e preparo de subprodutos, os encontros de capacitação ocorreram em janeiro de 2023, na casa de farinha da comunidade Saco Curtume. Durante os encontros, foram produzidas a goma, conhecida regionalmente como tapioca, e farinhas de tipos variados. Também foram repassadas orientações acerca do aproveitamento dos subprodutos do processo na alimentação animal.

As ações previstas para a atividade 5.2, Intercâmbio Intermunicipal de Experiências entre Jovens, ocorreram em janeiro de 2023 e consistiram na troca de saberes entre grupos com realidades semelhantes às dos jovens do projeto Quipá. Visaram promover a aprendizagem coletiva, por meio do conhecimento de práticas agroecológicas desenvolvidas por grupos locais da cidade de Remanso, BA, onde puderam conhecer de perto a produção de hortaliças, frutas, criação de aves, apicultura, artesanato e preparo de alimentos.

Participaram da visita 19 jovens, os quais foram selecionados pela sua assiduidade no projeto. Os visitantes conheceram ainda a Feira Agroecológica da Cultura e Economia Solidária de Remanso, organizada por 12 grupos de agricultores e artesãos, que comercializam produtos orgânicos e artesanais.

A experiência proporcionou aprendizado sobre organização, desafios e avanços na consolidação da feira Quipá, iniciada em 2021, e motivou os jovens a valorizarem práticas sustentáveis e economia solidária (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022d).

4.3.5 Resultados do Projeto Quipá

De acordo com o relatório final da empresa consultora Quarau (2023), foram beneficiados diretamente 45 jovens (29%) dos territórios Saco Curtume e Picos e 111 jovens (71%) da zona urbana, totalizando 156 jovens. Deste total, 107 (31%) eram do sexo feminino e 49 (69%) do sexo masculino. A faixa etária dos participantes variou entre 12 e 29 anos, em que pese o planejamento inicial ter considerado a faixa etária entre 15 e 25 anos.

Conforme comentado anteriormente, não foram inclusos entre os beneficiários diretos os jovens do quilombo Riacho dos Negros, embora representantes desta comunidade tenham participado ativamente de parte das atividades e tenham sido beneficiados.

Todas as atividades propostas no projeto foram concluídas. Ao todo, foram 73 ações distintas realizadas ao longo dos quase 15 meses, entre março de 2022 e maio de 2023.

O prazo inicial projetado, de 12 meses, foi acrescido de aproximadamente mais 3 meses, em função da dinâmica das atividades e de outras demandas profissionais da equipe do Instituto Umbuzeiro. No entanto, a extensão de prazo não impactou a qualidade dos resultados atingidos,

uma vez que todas as ações previstas foram realizadas dentro do orçamento, tendo assim cumprido com suas premissas (QUARAU, 2023).

De acordo com Armani (2006), um projeto social representa uma ideia de se realizar algo no futuro, dentro de determinado esquema. Para ele, o projeto social “É uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseadas em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo” (ARMANI, 2006, p.18).

A reorientação de projetos sociais no decurso de sua implementação é uma necessidade, sempre que identificada uma melhoria a ser feita. Um projeto social não se trata de uma ideia fixa e imutável, mas de um plano inicial que vai tomando forma, sendo ajustado e reformulado ao longo do tempo, com o objetivo de alcançar as metas inicialmente desenhadas. Para além do documento escrito formal, o projeto social é uma solução técnica amplamente difundida para o enfrentamento de problemas sociais de forma organizada, ágil e prática (Armani, 2006).

No caso estudado, além da extensão do prazo inicial, uma série de adaptações e correções de rota foram necessárias no decorrer da implantação para se conseguir atingir os objetivos inicialmente propostos. Por exemplo, a definição de se trabalhar diretamente com duas comunidades, Saco Curtume e Picos, sem incluir Riacho do Negros. Além disso, houve a necessidade de se buscar nova parceria com a prefeitura municipal para a efetivação da casa de mel na comunidade de Picos, atividade que só viria a se concretizar após a finalização do projeto, em etapas posteriores, não abrangidas no recorte temporal desta dissertação. O projeto Quipá teve uma segunda edição no ano de 2024 e, no momento do fechamento da redação desta pesquisa, encontra-se em andamento a definição do escopo de uma terceira edição.

Em relação ao desenho do projeto Quipá, acredita-se que aí resida um dos fatores mais decisivos para os resultados alcançados. Seu alinhamento com as premissas do movimento social e político denominado Convivência com o Semiárido (CSA) foi um importante diferencial, uma vez que garantiu que o escopo estivesse alinhado às demandas da população local, como comunidades tradicionais do semiárido. Esta afirmação é compatível com Armani (2006), quando ressalta que a grande utilidade dos projetos é o fato deles colocarem em prática as políticas e programas, na forma de unidade de intervenção concreta. O Quipá, alinhado às políticas da CSA, serviu para concretizar, ainda que de forma pontual, as ideias preconizadas por este movimento.

Outro fator que se considera determinante para os resultados alcançados foi a forma com que o programa “Celeo na Comunidade” materializou-se em São João do Piauí. Assim como já destacado nos itens 2.2 e 2.3, consideramos que contratar uma consultoria especializada para realizar uma prospecção ativa de potenciais instituições locais, e não instituições de outros

territórios, foi um método acertado de seleção que, ao longo do projeto, garantiu a legitimidade e credibilidade das ações junto aos participantes. Assim, o fato de a Instituição selecionada pela empresa patrocinadora para a execução do projeto ter sido a Instituição Umbuzeiro foi determinante nesse sentido. Como organização local ligada às comunidades quilombolas do município e, portanto, portadora de legitimidade perante as comunidades e conhecedora da demanda e expectativas dos jovens do território, ela desenhou o projeto considerando essas necessidades comuns e as ideias do movimento CSA.

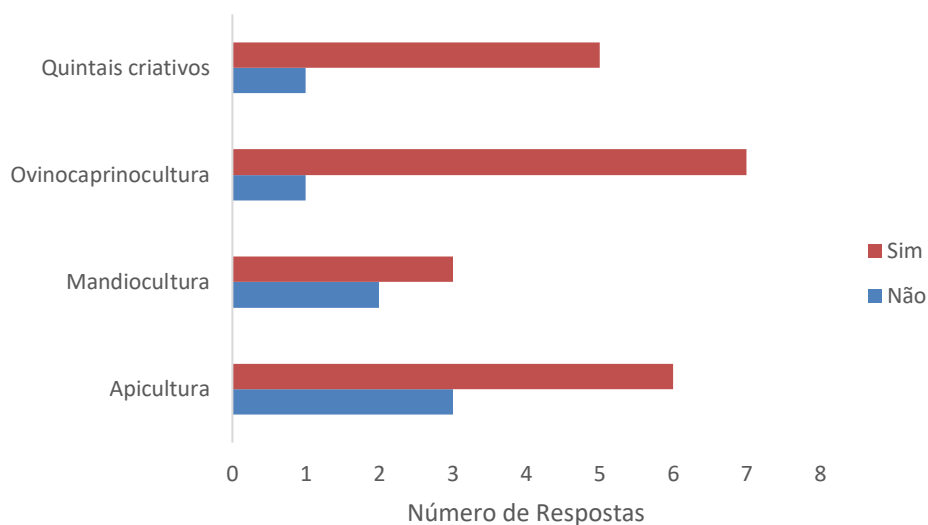
A empresa consultora realizou pesquisa por meio de questionário virtual para avaliar os resultados do projeto, com três grupos de participantes (jovens beneficiários, parceiros e equipe executora). Os resultados desse processo de avaliação são apresentados a seguir.

Avaliação pelos beneficiários

A pesquisa realizada com o grupo de jovens beneficiários diretos do projeto foi feita em julho de 2023, ou seja, 16 meses após o início do projeto. Foi respondida por 28 jovens das comunidades de Saco Curtume e Picos, envolvidos diretamente com as unidades de compartilhamento. Destes, nove eram relacionados à unidade apícola, cinco à mandiocultura, oito à ovinocaprinocultura e seis aos quintais criativos agroecológicos. Além disso, 23 informaram que as respectivas famílias já produziam antes da participação no projeto Quipá.

Em relação à pergunta: “Houve aumento da produtividade depois do projeto Quipá?”, as respostas obtidas foram as apresentadas no gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Resultados da pesquisa de avaliação de resultados com o grupo beneficiário de jovens.



Fonte: Elaboração própria a partir de Quarau (2023).

Conforme observado, todas as modalidades de unidades de compartilhamento apresentaram aumento da produção, segundo o apontado pelos jovens na pesquisa. Os resultados mais expressivos foram apontados em relação aos quintais criativos agroecológicos e a ovinocaprinocultura, nos quais mais de 80% das respostas sinalizaram que houve aumento.

Seis respondentes (21,4%) do total de 28 responderam que houve melhoria na qualidade alimentar e outras quatro (14,3%) apontaram que houve aumento da renda familiar. Além disso, quando questionados sobre se as qualificações agregaram valor para seu desenvolvimento pessoal, 23 respostas (82,1%) do total de 28 apontaram que sim (Quarau, 2023).

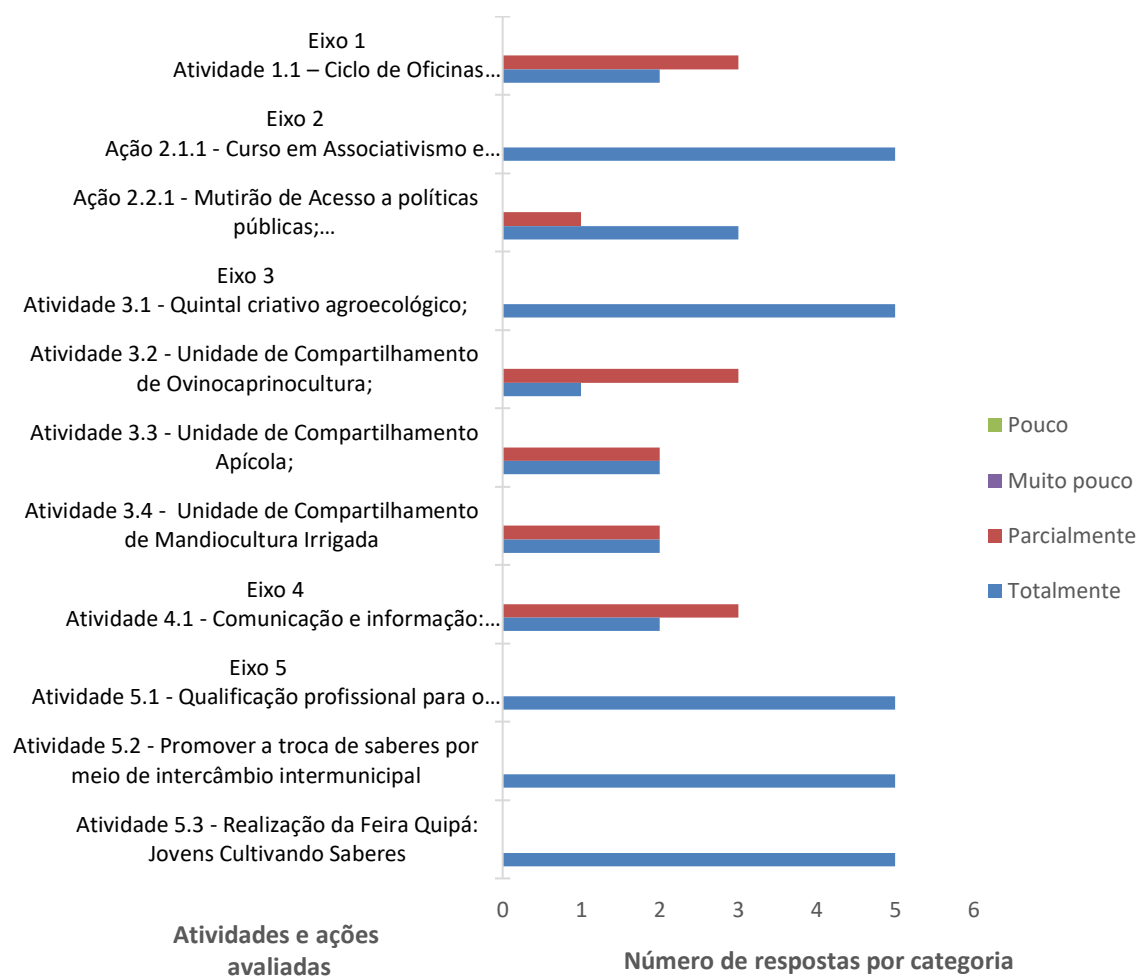
Avaliação Pela Equipe Executora do Instituto Umbuzeiro Projeto Quipá

A equipe do instituto Umbuzeiro respondeu à pergunta: “Na sua percepção, o projeto atingiu os objetivos?”, havendo quatro opções de respostas: totalmente, parcialmente, pouco ou muito pouco.

Dos cinco participantes da equipe do Instituto Umbuzeiro, quatro indicaram que os objetivos foram atendidos totalmente (80%) e uma pessoa indicou que foi parcialmente (20%). Provavelmente, esta resposta se deveu ao fato de não se ter atingido as 15 unidades de compartilhamento de ovinocaprinocultura, fato ocasionado pela desistência da participação de quatro jovens, e pela não efetivação da casa do mel na comunidade de Picos dentro do escopo do projeto, devido à inviabilidade do local previamente definido para o funcionamento da estrutura.

Na sequência, para avaliação das ações e atividades do projeto, o questionário indicava a pergunta: “Acerca dos resultados (eixos) previstos no Projeto Quipá, você considera que eles foram conquistados em qual medida?”, com quatro opções de respostas: totalmente, parcialmente, pouco ou muito pouco, que podiam ou não ser justificadas.

As respostas dadas por esse grupo, em relação a cada item, seguem apresentadas no gráfico a seguir:

Gráfico 7: Resultados da pesquisa de avaliação de resultados com o instituto Umbuzeiro

Fonte: Elaboração própria a partir de Quarau (2023)

Conforme observado no gráfico acima, três pessoas do grupo avaliaram que o ciclo de oficinas socioeducativas, ações do eixo 1, atingiu seus objetivos parcialmente. A justificativa apontada pelos participantes é que esses temas deveriam ser aprofundados e tratados de forma sistemática junto ao público-alvo. Duas pessoas avaliaram que atendeu totalmente.

Em relação às atividades do eixo 2, o grupo avaliou que todas atenderam totalmente seus objetivos, com exceção da atividade 2.2 - Formação para Cidadania. Uma pessoa avaliou que esta atividade atendeu parcialmente seus objetivos devido a um número de participantes de jovens da zona urbana abaixo do esperado.

Em relação às unidades de compartilhamento previstas no eixo 3, a atividade referente ao quintal criativo agroecológico foi a mais bem avaliada. Todas as pessoas do grupo consideraram que atendeu totalmente os objetivos, principalmente pela melhoria da qualidade na alimentação familiar e pela oportunidade de geração de renda. Transcrevemos a seguir duas justificativas apontadas pelos participantes que ilustram a percepção:

Sim, perante o projeto foi trabalhado e despertado, a importância da sua própria produção, além de garantir uma renda extra garanti também uma alimentação saudável (Quarau, 2023).

A unidade de compartilhamento de Quintal Criativo foi desde o início do Projeto uma ação que chamou a atenção, pela diversificação das atividades em uma única proposta (criação de aves e produção de hortas). Todos os beneficiários demonstraram interesse e grande envolvimento, chegando à conclusão do projeto com produção em fase de colheita (Quarau, 2023).

Já na atividade de ovinocaprinocultura, três pessoas do grupo consideraram o atendimento parcial, devido à desistência de quatro jovens, o que comprometeu a efetivação das 15 unidades pretendidas, conforme explicado anteriormente.

Da mesma forma, a metade do grupo que avaliou a atividade referente à unidade de compartilhamento apícola considerou que esta atingiu parcialmente seus objetivos, o que se deve ao fato de não ter sido possível a efetivação da casa do mel na comunidade de Picos. Transcrevemos abaixo uma justificativa apontada por um participante que ilustra a percepção:

A participação e engajamento do grupo beneficiário foi satisfatória e alcançamos resultados muito positivos, inclusive já com produção de mel para exposição e comercialização. Infelizmente, não foi possível ainda, a adequação/construção de espaço para funcionar como Casa do Mel na localidade. (QUARAU, 2023).

Em relação ao eixo 4, a maioria do grupo avaliou que a atividade atingiu parcialmente seus objetivos. A justificativa para essa resposta foi a dificuldade de se trabalhar um conteúdo único para os jovens da zona urbana e rural, dada a disparidade de conhecimento prévio sobre os temas entre esses jovens. Isso requereu a adaptação de conteúdo e a divisão em turmas. Transcrevemos duas justificativas apontadas pelos participantes que ilustram a percepção:

Ao elaborar o Projeto, não sabíamos o nível de escolaridade dos jovens, e na execução dessas ações tivemos que fazer adequações nos conteúdos bem como divisões de grupos tanto na oficina de redação quanto nas oficinas voltadas para computação. Para os jovens da zona urbana foi possível desenvolver as atividades em um nível mais avançado o que não ocorreu com os jovens quilombolas, pois muitos possuem dificuldades de ler e escrever e por isso os resultados não foram como esperados. Importante destacar o interesse deles em participar dessas oficinas e o quanto é necessário manter ações com esse propósito para contribuir principalmente com o letramento dos jovens quilombolas (QUARAU, 2023).

Foi identificada a dificuldade de leitura e dificuldade de acesso e manejo de equipamentos de computação e redes sociais por muitos jovens beneficiários do projeto, se fazendo necessário a readequação do conteúdo para nivelamento do conhecimento, especialmente referente ao público da zona rural, enquanto o público da zona urbana já se encontra mais avançado por ter maior facilidade de acesso aos meios, inclusive sendo ofertados na maior parte das escolas urbanas (QUARAU, 2023).

Já as ações do eixo 5, o grupo avaliou de forma unânime que elas atingiram totalmente seus objetivos (QUARAU, 2023).

Lições Aprendidas

A equipe do Instituto Umbuzeiro realizou um exercício para identificar lições aprendidas do projeto, as quais foram apontadas no relatório final de acompanhamento Quarau (2023). Neste exercício foi destacada a importância das parcerias para o alcance e ampliação dos resultados pretendidos, já que esta relação permitiu levar adiante várias metas, bem como facilitou a superação de impasses em determinadas situações. Destacam-se, nesse sentido, as parcerias com a prefeitura municipal, o IFPI, o Sebrae e a Embrapa. O envolvimento dessas instituições foi fundamental para a disponibilização de espaços adequados e de pessoal qualificado para a realização das ações planejadas.

O engajamento de jovens urbanos também se mostrou um desafio. O desenho inicial tinha a previsão de que esse grupo de jovens seria o mesmo ao longo do percurso de ações previstas. No entanto, este formato mostrou-se inviável. A solução foi trabalhar de forma mais flexível, buscando atingir a meta do número de jovens por oficinas individualizadas, e não em conjunto. Esse novo desenho revelou-se mais adequado à realidade local, o que evidenciou a necessidade de um planejamento distinto para jovens da área urbana e da área rural, em projetos sociais dessa natureza.

Foi apontado também, no relatório (QUARAU, 2023), que os trabalhos manuais e o fornecimento de materiais para a construção das estruturas das unidades de compartilhamento, listados como contrapartidas no projeto Quipá, em seu desenho original, não se mostraram adequados. Isso se justifica pelo fato de que muitas atividades requereram mão de obra especializada, como pedreiros e carpinteiros para a construção de apriscos e galinheiros, tarefas as quais não podiam ser supridas pelos jovens e suas famílias. Esta situação ensejou o remanejamento de recursos para a contratação de profissionais e compra de materiais, importante alteração realizada ao longo do projeto.

Outro ponto levantado no exercício foi o dimensionamento dos recursos. No desenho do projeto, foi priorizada a máxima destinação de recursos para as ações do projeto propriamente ditas, em detrimento da estruturação da equipe executiva. Essa decisão prévia ocasionou na sobrecarga de trabalho para a equipe e uma ineficiência das atividades de comunicação e divulgação, e isso ensejou a necessidade de remanejamento de recursos humanos e financeiros, visando a contratação de profissionais para suprir essas lacunas.

A dificuldade de contratação de profissionais experientes na área de agricultura familiar e agroecologia também foi apontada como um desafio. Devido à escassez de profissionais com

este perfil na região, houve atraso no início das atividades correspondentes e sobrecarga de trabalho para a equipe executora. Igualmente, a montagem do sistema de irrigação foi desafiadora. A atividade exige conhecimentos técnicos específicos, os quais foram superados mediante a parceria com o IFPI, que indicou um professor para a elaboração do sistema e supervisão da atividade.

Por fim, a equipe aponta que o projeto deveria ter previsto outras feiras agroecológicas bem como ações adicionais de comercialização dos produtos produzidos pelos jovens no âmbito do Quipá, como o mel, a farinha, hortaliças e as carnes. Portanto, apontam que ações deste tipo teriam sido um estímulo valioso para o engajamento dos jovens e para a manutenção dos resultados do projeto a longo prazo (QUARAU, 2023).

4.4 Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável

Por meio da análise dos relatórios de acompanhamento do projeto, foi possível identificar que seu desenvolvimento e seus resultados apresentam atributos que fortalecem a resiliência dos sistemas socioecológicos em que se inserem as comunidades beneficiadas, ao promoverem adaptação, aprendizagem e auto-organização (Ostrom, 2009), por meio das diferentes ações previstas nos cinco eixos de atuação propostos.

Pela ótica da teoria da resiliência aplicada aos sistemas socioecológicos, pode-se afirmar que as ações do projeto atuaram no sentido de fortalecer as capacidades de permanência dos jovens e de suas famílias no território, por meio da disseminação do conhecimento tradicional e científico relacionados à produção de alimentos no semiárido, da promoção da diversidade produtiva, da conectividade em redes, da aprendizagem social e memória e autonomia dos meios de vida (McGinnis; Ostrom, 2014). Todos esses elementos estão presentes no Quipá e atuaram no sentido de ampliar a capacidade adaptativa aumentando a resiliência geral dessas comunidades, frente a mudanças futuras imprevisíveis, na forma como proposta por Buschbacher (2014).

A criação da comissão municipal de acompanhamento do projeto e a articulação com instituições parceiras estabelecida pelo Quipá, que envolveu uma série de atores, ampliaram a capacidade de coordenação das atividades e reduziram os custos do projeto, favorecendo o acesso ao conhecimento, à auto-organização, à aprendizagem coletiva e à mitigação de conflitos. Isto, em uma governança policêntrica, em linha com o proposto por Ostrom (2009), reforça fatores de resiliência dos sistemas socioecológicos.

A dimensão cultural do projeto Quipá também foi importante para a obtenção dos resultados pretendidos e para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades, uma vez que a sustentabilidade envolve, para além das questões ambientais e económicas, a preservação da diversidade cultural e das identidades locais (Sachs, 2008).

De acordo com a UNESCO, “A cultura é um setor essencial para gerar um desenvolvimento mais sustentável, tanto económico quanto social, por meio de infraestruturas resilientes, enraizadas nos contextos locais e baseadas na história e no saber dos povos.” (UNESCO, 2016, p.3).

Nesse sentido, o projeto incorporou práticas que reforçam a cultura quilombola, a qual funciona como elemento de coesão social e ajuda a construir capacidades adaptativas diante dos desafios contemporâneos naquelas comunidades.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se o encontro com mestres e mestras de ofícios, o qual reuniu mestres e mestras da cultura popular, jovens quilombolas e parceiros da Universidade Federal do Vale do São Francisco. O evento promoveu a transmissão e a ressignificação de saberes tradicionais, por meio de rodas de conversa e apresentações culturais como Batuque do Curral Velho, Reisado e Roda de São Gonçalo.

O 3º relatório parcial do projeto apontou a seguinte descrição para este evento:

Os mestres e mestras partilharam suas histórias e vivências, por meio da oralidade mostrando as mudanças ocorridas entre gerações, a necessidade de diálogo e preservação da cultura, do respeito aos mais velhos; da importância do saber empírico na construção do saber científico; constituindo-se num momento rico que sensibilizou a juventude sobre a importância de conversar com os mais velhos, estabelecer uma relação entre as gerações para aprender seus ensinamentos e manter viva a cultura e o saber ancestral. E para consagrar o encontro tivemos uma amostra cultural do Batuque do Curral Velho, Reisado, Roda de São Gonçalo e declamação de repente (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022c, p.7)

O evento abordou temas como a gestão ambiental, oportunidades de mercado, empreendedorismo sustentável e valorização dos recursos naturais. Contou com uma palestra do líder do movimento quilombola Antônio Bispo dos Santos, Nego Bispo, pertencente ao quilombo Saco Curtume, comunidade que foi seu principal território de atuação e referência cultural e política. Ele abordou o conceito ‘bioempreender’ e a produção agropecuária de forma biointerativa, discorrendo sobre a riqueza e o potencial dos recursos naturais de São João do Piauí e a necessidade de se cuidar desses recursos.

A cultura pode ser um recurso estratégico para a promoção de sistemas socioecológicos resilientes, ao integrar dimensões sociais, económicas e ambientais em processos adaptativos (Folke et al., 2010; Anderies; Janssen; Ostrom, 2004).

A Feira Quipá, realizada ao final do projeto, foi um marco simbólico dessa dimensão cultural, ao mesmo tempo em que permitiu a comercialização dos produtos produzidos no âmbito das atividades do projeto, contribuindo para a dimensão econômica. Ela possibilitou a reunião de expressões artísticas reconhecidas como Patrimônio Cultural Vivo do Piauí⁵, como o Reisado e o Batuque. Adicionalmente, a venda de alimentos e de artesanatos valorizou a culinária típica e os saberes locais, fortalecendo a coesão social e evidenciando uma relação entre cultura e sustentabilidade econômica.

O evento serviu ainda para aproximar a população urbana das tradições quilombolas, contribuindo para o diálogo entre as diferentes realidades e para a valorização da diversidade como ativo para o desenvolvimento local. O relato da equipe do Umbuzeiro acerca da feira no relatório final do projeto elucida esse ponto:

A culminância do Projeto se deu com a realização da Feira Quipá, onde foi possível apresentar de forma pública os resultados positivos e promover mais uma ação de fortalecimento da cultura local. Esta atividade oportunizou o contato da população em geral, sobretudo a população urbana, com as ações realizadas nas comunidades quilombolas no campo da produção agroecológica e perceber o impacto do projeto que tornou jovens protagonistas de suas histórias, valorizando os saberes e fazeres tradicionais aliados às novas técnicas de produção (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022e, p.17).

Em relação à dimensão econômica, as principais ações previstas no projeto Quipá foram as que se referiram à implantação das unidades de compartilhamento de quintal criativo, ovinocaprinocultura, apicultura e mandiocultura irrigada.

A primeira característica que se destaca na avaliação da dimensão econômica é a natureza dos cultivos e das criações escolhidas nas atividades, as quais estão alinhadas aos princípios do movimento social e político da Convivência com o Semiárido (CSA), paradigma que orientou a formulação do projeto.

O paradigma da CSA opõe-se à lógica de combate à seca e propõe a convivência com as características naturais do ambiente e permanência no território. Representa uma mudança profunda na forma de pensar e de viver na região do semiárido brasileiro, em que se adota uma perspectiva de valorização do ambiente local e do saber tradicional, da reapropriação da natureza e da cultura das pessoas que vivem no semiárido, negligenciados pela ordem política e social dominantes (ASA, 2025; Carvalho, 2011). De acordo com Machado (2018) a CSA é um modelo de desenvolvimento, porque:

⁵ O título de Patrimônio Vivo é um reconhecimento do estado do Piauí a mestres da cultura popular e a manifestações culturais coletivas que, por sua trajetória, saberes e práticas, representam a identidade cultural do povo piauiense.

i) propõe reavaliar o que historicamente foi colocado como causas e soluções para os problemas socioecológicos da região semiárida brasileira; ii) baseia-se em novos pressupostos, definindo o tipo de desenvolvimento mais adequado para a região de acordo com seus recursos disponíveis e identidade cultural local, e o que representa o “não desenvolvimento”; iii) resgata os saberes locais como forma de alcançar o desenvolvimento sustentável; iv) apresenta uma série de atividades práticas sobre como atingir níveis de bem-estar social, autonomia dos agricultores, valorização dos recursos naturais e dos conhecimentos locais, e uma relação sustentável entre homem e natureza diante das mudanças climáticas (Machado, 2018, p.86).

O alinhamento do projeto Quipá aos princípios da CSA acarreta uma busca por capacidade de adaptação dos agricultores que vivem no semiárido, frente aos desafios impostos pelas condições fisioclimáticas que caracterizam essa região, como restrição hídrica, alta evapotranspiração, e pelo contexto histórico e político. As ações do projeto fortalecem, portanto, a resiliência geral desse sistema socioecológico em que se inserem as comunidades beneficiadas, na forma como colocado por Buschbacher (2014).

Esse alinhamento à CSA permeia todo o projeto Quipá. Todas as unidades de compartilhamento trabalhadas, por exemplo, são referentes às atividades agrícolas já tradicionalmente desenvolvidas no semiárido. Esta região, caracterizada pela elevada variabilidade climática e rica diversidade natural, apresenta características climáticas que tornam a produção agrícola um desafio, principalmente pela baixa pluviosidade, inferior a 800mm anuais, e elevada evapotranspiração, em média acima de 2000mm anuais (INSA/MCTI, [s.d.]).

O mesmo pode ser evidenciado nas visitas técnicas dos jovens beneficiários em outras unidades produtivas, onde tiveram a oportunidade de conhecer na prática experiências consolidadas de agricultores, entender os processos produtivos, e terem contato com os resultados de programas de fomentos como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS. Além disso, puderam conhecer o funcionamento de organizações de produtores, no caso a Cooperativa Mista de Produção e Comercialização de Caprinos e Ovinos da Lisboa – COOPERCAMPO.

De acordo com o segundo relatório de acompanhamento do Instituto Umbuzeiro, a troca de experiências que se deu por meio das visitas técnicas realizadas proporcionou:

[...] condições para que os jovens beneficiados empreguem as técnicas de produção com enfoque agroecológico adquiridas nos momentos de formação por meio da experimentação teórica e prática, com ampliação do conhecimento na troca de experiências com técnicos especialistas e técnicos locais, levando-os a observar e interpretar a diversidade e complexidade dos sistemas produtivos na Caatinga. Além disso é importante frisar a oportunização gerada através do ensino da escuta dos mais velhos, de forma a reconhecer os seus saberes e não temer o diálogo com os diversos

atores da produção rural, sejam acadêmicos ou detentores de conhecimento tradicional e ancestral. (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022b, p.19).

No âmbito das atribuições do sistema social enquanto parte de um sistema socioecológico, a capacidade de adaptação é compreendida como a capacidade de se gerar resiliência por meio da ação coletiva, onde o fortalecimento de redes de cooperação tem importante função (Walker et al. 2006; Ostrom, 2009; Buschbacher, 2014).

A troca de experiências por meio das visitas fomentou a ação coletiva entre os jovens, fortaleceu as redes de cooperação e o aprendizado, através da observação e da reflexão, sobre como manejar seus recursos naturais de forma a manter a produção diante dos desafios presentes e futuros.

Da mesma forma, contribuiu para a resiliência geral do sistema à organização promovida pelos envolvidos para a implantação das diversas unidades demonstrativas de compartilhamento, onde se buscou fomentar as atividades em mutirão, com o envolvimento dos jovens e seus familiares, com o intuito de ensinar e resgatar a cultura da coletividade, um saber tradicional quilombola. A ideia é que esses jovens se organizem na divisão das tarefas, e tornem-se “protagonistas do processo de formação que vai para além das construções e sim uma formação cidadã com consciência de responsabilidades e ajuda mútua” (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022c, p.16).

A atividade referente à implementação e fortalecimento dos quintais criativos agroecológicos teve foco na produção de hortas e avicultura caipira. Sua implementação foi acompanhada de atividade de capacitação em temas como: manejo de solo, compostagem, agroecologia, hortas orgânicas e ferramentas, o que os auxiliou a melhorar seus conhecimentos para a convivência com o semiárido. Além disso, abordou-se também o tema da comercialização dos produtos, como forma de proporcionar a melhora da renda das famílias.

A produção de alimentos, por meio de hortas e criação de galinhas nos quintais das casas, já é uma prática comum entre as famílias quilombolas. No entanto, as condições de produção variam caso a caso, conforme consta do relato de experiência do técnico responsável pela capacitação em produção de hortas agroecológicas, atividade 5.1.3:

Os presentes relatam que as práticas de produção de alimentos nos quintais já são algo que as famílias fazem, já que o quintal nas casas é uma extensão de sua área produtiva na unidade de produção familiar. No entanto, alguns jovens presentes falam que a produção de hortaliças de forma mais organizada é algo novo para a sua vivência. Segundo os presentes, existem diferenças de um quintal para outro, já que nem todas as famílias mantêm em seus quintais a produção de hortaliças e criação de animais, devido à falta de estrutura para se manter as duas atividades. Segundo os mesmos, as dificuldades são grandes tendo em vista que nem todo mundo dispõe de água em

qualidade e quantidade suficiente para garantir produção para o ano todo (QUARAU, 2023).

Portanto, depreende-se que as ações do Quipá foram importantes para otimizar as práticas tradicionais de produção de alimentos, contribuindo para a capacidade adaptativa das famílias por meio da melhoria da segurança alimentar e da diversidade produtiva, importante fator de resiliência dos sistemas socioecológicos.

Em relação à criação de galinhas caipiras, além dos cuidados necessários ao manejo da criação, reprodução, cuidados sanitários, produção de ração, foi abordada a importância de se preservar linhagens genéticas de aves localmente adaptadas, patrimônio genético local. Denominadas popularmente ‘galinhas de capoeira’, devido à sua rusticidade e resistência a doenças, mesmo em tempos de seca continuam a produzir ovos e carne para as famílias, característica de elevada relevância econômica e social, pois contribuem para a soberania alimentar da família e para a resistência e resiliência dos agroecossistemas do semiárido (EMBRAPA, 2025; INSA, [s.d.]).

A capacitação em produção de forragens e banco de proteína foi fundamental para a aprendizagem dos jovens em relação às práticas para reserva de alimentos para os animais, em períodos de seca, estratégia de suma importância para as criações no semiárido (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022c).

Esses apontamentos presentes nos relatórios do projeto indicam que a implantação das unidades de quintais criativos agroecológicos, juntamente com ações teóricas e práticas de capacitação, transmitiram aos participantes e aos seus familiares importantes conceitos relacionados ao melhor aproveitamento dos recursos naturais existentes. Dentre os resultados tangíveis desta atividade do projeto, destacam-se a diversificação e aumento da produção de alimentos, o que também fortaleceu a geração de renda, já que parte excedente da produção é comercializada. Estes resultados indicam que a ação contribuiu para o aumento da resiliência geral desse sistema socioecológico, por meio da promoção da adaptação das famílias e comunidades envolvidas para o enfrentamento da perturbação causada pelas condições adversas de produção de alimentos, devido a questões fisioclimáticas.

Metade das famílias beneficiadas com a implantação das unidades, pelo projeto, não trabalhavam com horta anteriormente. Além disso, houve aumento significativo do número de galinhas criadas por família. No início, eram no máximo dez animais por quintal. Ao final do projeto, metade das unidades aumentou sua produção, sendo que três famílias apresentaram números superiores a 30. Em pesquisa de avaliação de processo conduzida pela equipe executora, todas as famílias apontaram a melhora na produção a partir das ações do Quipá.

Quatro famílias apontaram aumento entre 50 e 200 reais na renda mensal (Quarau, 2023). Portanto, pode-se inferir que essa ação foi importante para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional ao menos de parte dos comunitários, além de ter contribuído com a renda dessas famílias.

Da mesma forma, a atividade que visou impulsionar a ovinocaprinocultura mostrou-se adequada ao contexto, dada a importância local e regional da modalidade agrícola. Para áreas dependentes de chuva, que não contam com sistemas de irrigação, a ovinocaprinocultura é a principal atividade pecuária. Cerca de 30% do rebanho nacional de caprinos concentra-se no semiárido, majoritariamente em propriedade de agricultores familiares (Coelho, 2023).

A pecuária desenvolvida pelos pequenos produtores é uma atividade relevante para a economia do município, juntamente com a agricultura familiar e o setor de serviços (Prefeitura Municipal de São João do Piauí, 2025). Portanto, o aprimoramento do manejo da ovinocaprinocultura, conforme trabalhado no Quipá, resulta em benefícios diretos para a economia local e regional, ao mesmo tempo em que valoriza os conhecimentos e práticas tradicionais.

As atividades de capacitação em ovinocaprinocultura envolveram o estímulo ao senso crítico dos jovens acerca dos sistemas de produção, conhecimentos sobre as principais raças de caprinos e ovinos adaptadas aos ambientes tropicais, manejo alimentar, reprodutivo e sanitário, produção de carne e leite nos contextos regional e nacional, cortes de carne especiais, bem como o planejamento de sistemas de produção.

Conforme destacado no primeiro relatório parcial (Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022a), esse aprendizado foi fundamental para a apresentação dos produtos cárneos provenientes das unidades de compartilhamento, que foram expostos e vendidos durante a feira Quipá, evento anual que sintetizou os resultados do projeto.

Sobre a questão da alimentação, destaca-se o foco dado à importância da produção e forma de armazenamento de pastagens a partir de espécies nativas, plantas adaptadas à região do semiárido, recurso valioso para se manter as criações no período de estiagem, garantindo a produção de alimentos e favorecendo a segurança alimentar e nutricional das famílias.

Conforme relatório final da Quarau (2023), dez do total de onze unidades de compartilhamento de ovinocaprinocultura foram instaladas em propriedades que já desenvolviam a atividade. Desses dez, um total de seis criavam até dez animais e somente dois criadores criavam mais de 20 animais.

A final do projeto, após a construção dos apriscos e das atividades de capacitação, constatou-se que havia quatro criadores com mais de 20 animais, sendo que um ultrapassou a

marca de 50 animais. Adicionalmente, as respostas aos questionários indicaram que três criadores tiveram aumento na renda mensal, na ordem de 50 a 200 reais ao mês em função desses resultados, números que indicam a eficácia da ação.

Igualmente importante foi a implantação da unidade de compartilhamento de mandiocultura irrigada. A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) está entre uma das principais culturas alimentares no mundo, sendo consumida por aproximadamente 800 milhões de pessoas (FAO, 2020 *apud* Souza *et al.*, 2024). Trata-se de uma cultura nativa e tradicional no Brasil, adaptada às condições de clima e solo, com elevada tolerância à estiagem. Além de sua importância na alimentação humana, a mandioca também pode ser utilizada na alimentação animal, sendo recomendada como estratégia de convivência com a seca (EMATER-MG, 2022).

No município de São João do Piauí, a mandiocultura é uma das principais produções agrícolas de lavoura temporária, juntamente com feijão, melão e milho. A produção de mandioca no município, que já foi de cerca de 1660 t em 2008, registrou, em 2024, aproximadamente 720 t (IBGE, 2025c), números que sugerem que há margem para o aumento da produção.

Os quilombos de São João do Piauí praticam o cultivo da mandioca, tradicionalmente. O beneficiamento na casa de farinha é um ritual que envolve muitas pessoas, que realizam em mutirão as diversas etapas, desde a plantação, passando pela retirada manual das raízes no campo, limpeza, ralação da mandioca e a torra da farinha. O projeto Quipá teve como premissa o envolvimento dos jovens nessa atividade ancestral, que transcende a simples produção de alimento.

Agregar a irrigação ao processo, além de possibilitar o aumento da produção, promoveu a articulação entre tradição e inovação. Os jovens trabalharam no planejamento e na construção do sistema de irrigação, na produção da safra de farinha e no beneficiamento na casa de farinha já existente na comunidade Saco Curtume. Os produtos foram, ao final, expostos e vendidos na feira Quipá.

Assim, verifica-se nesta ação o fortalecimento de várias dimensões do sistema socioecológico: da dimensão social, uma vez que a dinâmica fortaleceu as interações sociais, por meio da valorização da cultura local; da dimensão econômica, por meio da renda obtida com a comercialização; da dimensão ecológica, pelo uso racional de água, com sua utilização na produção irrigada. Além disso, contribuiu com a segurança alimentar e nutricional das famílias.

A apicultura, por sua vez, apresenta grande importância econômica no estado do Piauí, o qual se destaca no cenário nacional de produção de mel, devido à elevada qualidade de seu

produto. A atividade vem ganhando cada vez mais importância na economia dos municípios produtores e figura atualmente entre os cinco principais produtos de exportação do estado. A cadeia produtiva do mel é uma das mais organizadas. Ela conta com uma rede de cooperativas e associações comunitárias e com uma rede de trabalhadores rurais, que tem a produção apícola como sua principal fonte de renda (Santana; Fortini; Lavorato, 2025).

São João do Piauí, está inserido em uma das principais regiões produtoras de mel do estado, a microrregião do Alto Médio Canindé. A comunidade quilombola de Picos já praticava a apicultura comercialmente, razão pela qual as oficinas foram ampliadas para um maior número de participantes, que extrapolou o universo de jovens beneficiários diretos.

A atividade foi fortalecida a partir das ações do projeto Quipá, que contribuiu para o aumento da produção e para a melhora da qualidade do produto, resultando em benefícios tangíveis para os comunitários.

Na comunidade Picos, anteriormente às ações do projeto Quipá, 10 do total de 12 jovens beneficiários já trabalhavam com apicultura. Contudo, somente a metade deles possuía colmeias próprias, sendo que cinco tinham entre seis e 10 colmeias, e um entre 11 e 15. Após o projeto, todos possuíam suas colmeias e o grupo com mais de 10 colmeias, subiu de um para seis. Seis pessoas apontaram um incremento da renda mensal de até 200 reais (Quarau, 2023).

O quadro 8, a seguir, apresenta os elementos dos SES identificados no projeto Quipá:

Quadro 8 - Elementos do sistema socioecológico identificados no projeto Quipá.

Elementos do Sistema Socioecológico	Expressão no Projeto Quipá
Atores sociais (usuários do sistema)	Jovens das comunidades quilombolas Saco/Curtume e Picos e jovens da zona urbana de São João do Piauí, selecionados para participação nas ações formativas e produtivas do projeto.
Capital humano e aprendizagem social	Realização de oficinas de autoconhecimento, ética e cidadania, meio ambiente, comunicação, informática e formação profissional, voltadas ao desenvolvimento de habilidades pessoais e técnicas dos jovens.
Capital social e redes de cooperação	Promoção de cursos de associativismo e cooperativismo, encontros com mestres de ofícios e articulação com instituições parceiras, fortalecendo redes comunitárias e institucionais.
Sistema de governança e instituições	Criação de uma Comissão Municipal com representantes de comunidades, instituições públicas e organizações sociais para acompanhar a implementação do projeto e apoiar sua governança.
Sistema de recursos naturais	Atividades relacionadas à produção agroecológica no semiárido, incluindo manejo da caatinga, hortas agroecológicas, criação de aves caipiras, ovinocaprinocultura, apicultura e mandiocultura irrigada.
Unidades de produção e sistemas produtivos	Implantação de unidades produtivas experimentais, como quintais agroecológicos, unidade de apicultura, unidade de ovinocaprinocultura e

Elementos do Sistema Socioecológico	Expressão no Projeto Quipá
	produção de mandioca, associadas à geração de renda e segurança alimentar.
Conhecimento tradicional e saberes locais	Integração de mestres de ofícios e agricultores locais nas atividades formativas, promovendo a troca de saberes entre gerações e a valorização da cultura produtiva das comunidades quilombolas.
Diversidade produtiva e inovação socioecológica	Incentivo à diversificação das atividades produtivas e à adoção de práticas agroecológicas, ampliando as estratégias de geração de renda e a sustentabilidade dos sistemas produtivos locais.
Resiliência socioecológica	Fortalecimento das capacidades adaptativas das comunidades por meio da formação de jovens, diversificação produtiva, acesso a políticas públicas e fortalecimento da organização comunitária.

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro (2021; 2022a; 2022b; 2022c; 2022d, 2022e); Quarau (2023).

5 CONCLUSÕES

A pesquisa teve o objetivo de analisar como as práticas de Responsabilidade Corporativa (RSC) podem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades beneficiadas por projetos sociais promovidos pela agenda ASG da empresas, tomando como base o estudo do caso do projeto Quipá: jovens cultivando saberes, desenvolvido nos territórios quilombolas Saco Curtume e Picos, em São João do Piauí.

No que se refere ao panorama do investimento social privado no Brasil, a análise das bases de dados BISC e GIFE evidenciou que uma grande parte dos recursos empenhados em nível nacional, pelo universo de empresas participantes das respectivas pesquisas, está concentrada em poucas e grandes empresas. Observou-se ainda que parcela significativa desses investimentos é viabilizada por meio de mecanismos de incentivo fiscal e que a área da educação recebe a maior parcela dos recursos. Além disso, as informações analisadas são agregadas e não permitem uma análise ao nível de empresas, o que expõe a necessidade de maior transparência e sistematização dessas informações, de forma a possibilitar o aprofundamento de pesquisas sobre o tema.

No contexto do setor de energia renovável do Piauí, restou evidenciado que, embora se verifique um aumento e a consolidação dessa prática, em função do aumento do número de projetos de geração e energia renovável instalados no estado, as ações são distribuídas de forma desigual pelo território e não cobrem todos os empreendimentos.

Essas características evidenciam as limitações da RSC como agente transformador de realidades locais, na medida em que o que existe são ações pontuais e limitadas, comumente desalinhadas em relação às políticas de desenvolvimento local.

No entanto, apesar dessas imperfeições e das limitações da presente pesquisa, os resultados sugerem que a RSC pode sim representar uma contribuição importante para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades beneficiárias de projetos sociais.

No caso estudado, a forma como o projeto Quipá foi concebido, buscando assegurar que o desenvolvimento e a implementação fossem realizados por organizações locais, foi fundamental para a obtenção dos resultados. Assim como foi crucial a disponibilização, pela empresa financiadora, de pessoal qualificado, por meio de seu corpo técnico e de empresa consultora para apoiar a Instituição Umbuzeiro nas diversas etapas do projeto Quipá.

Os resultados apresentados e a dinâmica de seu desenvolvimento indicam que o projeto Quipá trouxe contribuições relevantes para as dimensões cultural, social, econômica e ecológica das comunidades beneficiadas.

O alinhamento com o paradigma da Convivência com o Semiárido (CSA) - movimento político e social que busca valorizar o modo de vida e os saberes tradicionais das comunidades do semiárido brasileiro e fomentar a permanência dessas pessoas naquele ambiente, por meio do aumento da capacidade de adaptação, mediante a disseminação de tecnologias sociais locais - foi um importante direcionador nesse sentido.

Da mesma forma, a busca constante por parceiros institucionais por parte do Instituto Umbuzeiro resultou no envolvimento de instituições diversas, tais como prefeitura municipal, IFPI, Sebrae – PI, Secretaria de Estado para as Mulheres do Piauí – SEPM, Embrapa Meio Norte, o que foi fundamental para a consecução dos objetivos e a ampliação dos resultados.

Entre os principais resultados destaca-se o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas da juventude local. A valorização da cultura quilombola e das identidades locais foi fortalecida pela transmissão de saberes promovida pelos encontros, mutirões e feiras. As ações produtivas (hortas agroecológicas, apicultura, ovinocaprinocultura e mandiocultura irrigada) proporcionaram inovação tecnológica e promoveram diversidade produtiva. As redes de cooperação e comercialização ampliaram a segurança alimentar e a renda.

A análise, pela lente teórica dos Sistemas Socioecológicos (SES), demonstrou que o projeto acionou importantes fatores de resiliência do sistema, uma vez que ampliou a capacidade adaptativa, ao integrar inovação técnica com os conhecimentos tradicionais, promover a diversidade produtiva e as redes de cooperação e comercialização. Esses resultados reforçam a ideia de que projetos sociais bem estruturados podem contribuir para aumentar a

resiliência geral dos SES, preparando-os para perturbações de ordem diversas, presentes ou reservadas pelo futuro.

Contudo, há dúvidas sobre se esses resultados serão sustentados ao longo do tempo, a ponto de se promover uma mudança duradoura no cenário atual, após o fim do financiamento pela empresa. Para que isso ocorra, é fundamental que haja mecanismos, na forma de arranjos institucionais, que promovam a continuidade da assistência rural, da rede de comercialização e das feiras.

Nesse sentido, algumas ações que poderiam ajudar a manter a continuidade do projeto, após desmobilização do financiamento, seriam ações no sentido de se fortalecer e ampliar os canais de comercialização, a continuidade da feira e a busca de acordos com instituições governamentais para a continuidade da assistência técnica e do acesso à informação pelos jovens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das conclusões, esta pesquisa suscita reflexões mais amplas sobre o papel da RSC como promotora do desenvolvimento sustentável em territórios onde se instalam empreendimentos de infraestrutura.

Os resultados analisados sugerem que as práticas de RSC podem gerar impactos positivos em comunidades locais, sobretudo quando estruturadas de forma participativa e alinhadas às demandas sociais e produtivas do território. Apesar de sabermos que a incorporação de abordagens territoriais e participativas no planejamento de projetos sociais pode contribuir para ampliar a efetividade dessas iniciativas, nem sempre isso é observado nas práticas de RSC.

Nesse sentido, abordagens que priorizam a formação de capacidades locais, o fortalecimento da organização comunitária e o estímulo a atividades produtivas sustentáveis tendem a produzir resultados mais consistentes ao longo do tempo.

Para as empresas, os resultados apontam que essas práticas podem ser aprimoradas por meio de estratégias que busquem o fortalecimento do diálogo com as comunidades, a consolidação de parcerias institucionais, a promoção de meios de geração de renda, a qualificação profissional e a valorização dos saberes tradicionais.

Outra contribuição relevante refere-se à possibilidade de utilização da perspectiva dos sistemas socioecológicos como ferramenta analítica para o planejamento e avaliação de

iniciativas de responsabilidade social corporativa. Ao considerar de forma integrada as dimensões sociais, econômicas e ambientais dos territórios, essa abordagem pode favorecer a elaboração de estratégias empresariais mais sensíveis às dinâmicas locais e ao fortalecimento da resiliência das comunidades.

No que se refere às limitações da pesquisa, destaca-se o fato de que o estudo foi baseado em um único caso, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados. Além disso, a análise concentrou-se em um período específico de implementação do projeto, não sendo possível avaliar seus efeitos de longo prazo.

Como agenda de pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos entre diferentes iniciativas de RSC nos territórios, bem como pesquisas longitudinais que permitam avaliar a permanência e a evolução dos resultados dessas ações ao longo do tempo. Também se mostra promissora a investigação sobre formas de articulação entre iniciativas empresariais, políticas públicas e organizações da sociedade civil no campo do desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSOLAR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA. **Energia solar fotovoltaica.** [s.d]. Disponível em: <https://www.absolar.org.br/mercado/energia-solar-fv/>. Acesso em: 23 nov. 2025. (sem data).

ABSOLAR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA. **Estados do Nordeste se destacam na geração de energia renovável.** 2023. Disponível em: <https://www.absolar.org.br/noticia/estados-do-nordeste-se-destacam-na-geracao-de-energia-renovavel/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

ABSOLAR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA. **Infográfico ABSOLAR nº 39: Energia Solar Fotovoltaica no Brasil.** Atualizado em 03 jan. 2022. Disponível em: <https://www.absolar.org.br/wp-content/uploads/2022/01/2022.01.11-Infografico-ABSOLAR-n%C2%B0-39.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2025.

AHMED, S. K. et al. Using thematic analysis in qualitative research. **Journal of Medicine, Surgery, and Public Health**, v. 6, p. 100198, 2025. Disponível em: Using thematic analysis in qualitative research - ScienceDirect. Acesso em: 6 jan. 2026.

ALVES, A. B. A.; BASTOS, A. T.; CARNEIRO, L. S. S. Práticas de responsabilidade social corporativa: uma revisão integrativa sobre impactos, desafios e oportunidades. **Revista Delos**, v. 18, n. 66, p. e4776, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n66-094. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/4776>. Acesso em: 12 maio. 2025.

ANDERIES, J. M.; JANSSEN, M. A.; OSTROM, E. A framework to analyze the robustness of social-ecological systems from an institutional perspective. **Ecology and Society**, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em: A Framework to Analyze the Robustness of Social-ecological Systems from an Institutional Perspective on JSTOR. Acesso em 10 jan. 2026.

ARAÚJO, J. M.; RIBEIRO, M. M. R.; MEDEIROS, Y. D. P.; SILVA, M. B. M. Governança dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Salitre-BA: análise sob a perspectiva do ciclo adaptativo. **Revista de Gestão de Água da América Latina**, v. 20, e2, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367988847_Governanca_dos_recursos_hidricos_na_Bacia_Hidrografica_do_Rio_Salitre-BA_analise_sob_a_perspectiva_do_ciclo_adaptativo. Acesso em: 8 jan. 2026.

ARMANI, D. **Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006. 94 p.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – ASA. **ASA e a Convivência com o Semiárido.** Disponível em: <https://asabrasil.org.br/asa/>. Acesso em: 23 dez. 2025

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA (ABEEÓLICA). **O setor eólico.** Disponível em: <https://abeeolica.org.br/energia-eolica/o-setor/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 26000:** diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

BALBONI, C.; BANDIERA, O.; BURGESS, R.; GHATAK, M.; HEIL, A. Why do people stay poor? **Quarterly Journal of Economics**, v. 137, n. 2, p. 785–844, 2022. DOI: 10.1093/qje/qjab045. Disponível em: <https://economics.mit.edu/sites/default/files/2022-12/Why%20do%20people%20stay%20poor.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BERKES, F.; FOLKE, C. Linking social and ecological systems for resilience and sustainability. In: BERKES, F.; FOLKE, C. (org.). **Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 1–25.

BIGGS, R.; DE VOS, A.; PREISER, R.; CLEMENTS, H.; MACIEJEWSKI, K. S. M. **The Routledge Handbook of Research Methods for Social-Ecological Systems**. London: Routledge, 2022. 526 p.

BISC. **Benchmarking do investimento social corporativo 2024: relatório benchmarking do investimento social corporativo**. 2024. Disponível em: <https://comunitas.org.br/publicacoes>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BOA MORTE, M. S. Responsabilidade social corporativa e inclusão: diversidade, racismo ambiental e educação corporativa como vetores para o desenvolvimento sustentável e regional. **Revista Scientia**, [S. l.], p. 111–130, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15262997>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BOWEN, H. R. (1953). **Social responsibility of the businessman**. New York: Harper & Row.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Acordo de Paris**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BUSCHBACHER, Robert. **A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível?** 2014. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/141211_bru_9_web_cap3.pdf. Acesso em: 6 jan. 2026.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179–191, jul. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2025.

CARROLL, A. B. **A history of corporate social responsibility: Concepts and practices**. Eds. Crane, A., Matten, D., McWilliams, A., Moon, J., & Siegel (Eds.). The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility. Oxford: Oxford University Press. 2009.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268–295, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282441223_Corporate_social_responsibility_Evolution_of_a_definitional_construct. Acesso em: 23 abr. 2025.

CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility: Perspectives on the CSR Construct's Development and Future. **Business & Society**, 60(6), 1258-1278. <https://doi.org/10.1177/00076503211001765>. 2021. Disponível em: <https://comunitas.org.br/publicacoes>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: the centerpiece of competing and complementary frameworks. **Organizational Dynamics**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.02.002>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.

CARVALHO, L. D. Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a ressignificação da territorialidade sertaneja pela convivência. **Revista de Geografia**, v. 28, n. 2, p. 60–76, 2011. Disponível em: [9a97773559ed53d5738dbfc76d12dd00ad8e565a.pdf](https://www.researchgate.net/publication/311111111). Acesso em: 11 jan. 2026.

CELEO GROUP. **Relatório de sustentabilidade 2024**. [S. l.]: CELEO Group, 2025. Disponível em: https://www.celeogroup.com/wp-content/uploads/2025/06/Relatorio_Sustentabilidade_2024_CELEO_VF_05.06.25.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

CELEO REDES BRASIL. **UFV ETESA 17 São João do Piauí I: Relatório Ambiental Simplificado – RAS**. 2015.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COÊLHO, M. A. Artigo – **Potencialidades do Semiárido para a agricultura brasileira**. Embrapa, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/busca-de-noticias/-/noticia/81226878/artigo---potencialidades-do-semiarido-para-a-agricultura-brasileira>. Acesso em: 21 set. 2025.

COELHO, R.; JAYANTILAL, S.; FERREIRA, J. J. **The impact of social responsibility on corporate financial performance: a systematic literature review**. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 30, n. 4, p. 1535–1560, 2023. DOI: 10.1002/csr.2446. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/csr.2446>. Acesso em: 23 nov. 2025.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3^a ed. São Paulo. Atlas. 2024.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.

EMATER-MG. **Cultivo da mandioca traz vantagens para produtores do semiárido**. Belo Horizonte, 04 nov. 2022. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/cultivo-da-mandioca-traz-vantagens-para-produtores-do-semiarido-/?flagweb=novosite_pagina_interna_noticia&id=26651. Acesso em: 30 dez. 2025.

EMBRAPA. **Galinha caipira**. Portal Embrapa Meio-Norte. Disponível em: <https://www.embrapa.br/meio-norte/galinha-caipira>. Acesso em: 23 nov. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balço Energético Nacional Interativo – Dashboard**. Rio de Janeiro: EPE, 2025. Disponível em: <https://dashboard.epe.gov.br/apps/ben/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

EPOWERBAY. **Plataforma de dados energéticos**. 2025. Disponível em: <https://www.epowerbay.com.br/dados-energia>. Acesso em: 3 ago. 2025.

FIGUEIREDO, R. A.; ALCÂNTARA, L. C. S.; MORAIS, J. P. G.; CAVALIERI SAIS, A.; OLIVEIRA, R. E. Resiliência em sistemas socioecológicos, paisagem rural e agricultura. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 49–57, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://revistacta.ufscar.br/index.php/revistacta/article/download/68/57>. Acesso em: 5 jan. 2026. DOI: 10.4322/2359-6643.05103

FOLKE, C. Resilience: the emergence of a perspective for social–ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, v. 16, n. 3, p. 253–267, 2006.

FOLKE, C.; CARPENTER, S. R.; WALKER, B.; SCHEFFER, M.; CHAPIN, T.; ROCKSTRÖM, J. Resilience thinking: integrating resilience, adaptability and transformability. **Ecology and Society**, v. 15, n. 4, p. 20, 2010. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art20/>. Acesso em: 01 jan. 2026.

FREEMAN, R. Edward. MCVEA, J. **A stakeholder approach to strategic management**. 2001. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=263511>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FREEMAN, R. Edward. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **New York Times Magazine**, New York, 13 set. 1970. Disponível em: <https://www.hbs.edu/faculty/Shared%20Documents/conferences/2014-strategy-research/The%20Social%20Responsibility%20of%20Business%20Is%20to%20Increase%20Its%20Profits.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES – FCP. **Tabela-crq-completa-certificadas-22-08-2022.pdf**. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/tabela-crq-completa-certificadas-22-08-2022.pdf/view?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 nov. 2023.

FURTADO, F. P.; PAIM, E. Energia renovável e extrativismo verde: transição ou reconfiguração? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202416pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7432>. Acesso em: 21 dez. 2025.

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. **Censo GIFE 2022-2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://gife.org.br/censo-gife/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **A Cojuv**. Portal Cojuv. Disponível em: <https://portal.pi.gov.br/cojuv/a-cojuv/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GUNDERSON, L. H.; HOLLING, C. S. **Panarchy: understanding transformation in human and natural systems**. Washington, D.C.: Island Press, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@ – Piauí: São João do Piauí – panorama*. [S.l.]: IBGE, [s.d.b]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-joao-do-piaui/panorama>. Acesso em: 23 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **O Brasil Quilombola**. [S.l.]: IBGE, [s.d.a]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. São João do Piauí (PI). Mapa municipal estatístico – **Censo Demográfico 2022**. Número do arquivo: 2210003. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/.../sao_joao_do_piaui_2210003_mme_a1.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **São João do Piauí – Produção Agrícola – Lavoura Temporária**. [S.l.]: IBGE, [s.d.c]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-joao-do-piaui/pesquisa/14/10193?ano=2021&tipo=grafico&indicador=10354>. Acesso em: 21 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO (INSA). **O Semiárido Brasileiro**. Brasília: INSA/MCTI, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro>. Acesso em: 30 dez. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO. **Projeto Quipá: jovens cultivando saberes [Relatório]**. São João do Piauí: Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO. **Projeto Quipá: jovens cultivando saberes. [Relatório parcial nº 1]**. São João do Piauí: Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO. **Projeto Quipá: jovens cultivando saberes. [Relatório parcial nº 2]**. São João do Piauí: Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022b.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO. **Projeto Quipá: jovens cultivando saberes. [Relatório parcial nº 3]**. São João do Piauí: Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022c.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO. **Projeto Quipá: jovens cultivando saberes. [Relatório parcial nº 4]**. São João do Piauí: Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022d.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL UMBUZEIRO. **Projeto Quipá: jovens cultivando saberes. [Relatório final]**. São João do Piauí: Instituto Socioambiental e Cultural Umbuzeiro, 2022e.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2022: mitigation of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle%20/>. Acesso em: 21 dez. de 2023.

KISIL, M. **Filantropia 4.0: rumo ao investimento social privado num mundo globalizado**. GIFE, 2007. Disponível em: <https://ipea.gov.br/acaosocial/articlebcd2.html>. Acesso em: 22 jul. 2025.

KRASNY, M. E.; TIDBALL, K. G. **Civic ecology: Adaptation and transformation from the ground up**. MIT Press, 2015.

LEAL, Y. P. Desafios de gestão e impactos socioambientais provocados pelas fontes de energias renováveis implantadas na Paraíba em 2022, NE Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 12, n. 30, p. 5–22, abr. 2025. DOI: 10.21438/rbgas(2025)123001. Disponível em: <https://revista.ecogestaobrasil.net/v12n30/v12n30a01a.html>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MACHADO, L. W. **Climate change resilient development of family farmers in the Brazilian semiarid: an analysis of public policies and of the coexisting with the semiarid paradigm**. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MANDAI, S. S. et al. Abordagem dos sistemas socioecológicos como lente teórica para pesquisas em Ciência Ambiental. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 15, n. 1, p. 71-96, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/7678/1169>. Acesso em: 20 dez. 2025.

MCGINNIS, Michael D.; OSTROM, Elinor. Social-ecological system framework: initial changes and continuing challenges. **Ecology and society**, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26269580?seq=1>. Acesso em: 28 dez. 2025

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social–ecological systems. **Science**, v. 325, p. 419–422, 2009. Disponível em: [ostrom_sustainability.pdf](#). Acesso em: 12 dez. 2025.

PACTO GLOBAL – REDE BRASIL. **ODS e Agenda 2030**. Disponível: ODS e Agenda 2030 - Pacto Global. Acesso em: 14 dez. 2025.

PALMISANO, A.; PEREIRA, R. S. Sociedade e meio ambiente: história, problemas, desafios e possibilidades. In: GUEVARA, A. J. H.; ROSSINI, A. M.; SILVA, J. U.; RODRIGUES, M. C. (org.). **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

PEREIRA, E. B. et al. **Atlas brasileiro de energia solar**. 2. ed. São José dos Campos: INPE, 2017. 80 p. il. E-book. ISBN 978-85-17-00089-8. Disponível em: <http://doi.org/10.34024/978851700089>. Acesso em: 3 ago. 2025.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. **Harvard Business Review**, Jan./Feb., p. 62–77, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/20115622/Kramer_and_porter_2011. Acesso em: 11 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. **Sobre o município**. São João do Piauí, 2025. Disponível em: <https://saojoaodopiaui.pi.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

QUARAU. **Relatório final Projeto Quipá: jovens cultivando saberes**. São José dos Campos: Quarau Consultora em Projetos Educativos e Socioambientais, 2023.

REYERS, B. et al. Social-ecological systems insights for navigating the dynamics of the Anthropocene. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 43, n. 1, p. 267–289, 2018. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-environ-102017-030209>. Acesso em: 6 jan. 2026.

REZENDE, L. A.; CARNEIRO, J. Responsabilidade Social Corporativa e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: O Papel dos Conselhos. In: YOSHIDA, C. Y. M.; VIANNA, M. D. B.; KISHI, S. A. S. **Finanças Sustentáveis: ESG, Compliance, Gestão de Riscos e ODS**. São Paulo. 2021. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2021/dezembro/Financas_sustentaveis_final.pdf#page=24. Acesso em: 28 abr. 2024.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALAS-ZAPATA, W. A.; RÍOS-OSÓRIO, L. A.; ÁLVAREZ-DELCASTILLO, J. Bases conceptuales para una clasificación de los sistemas socioecológicos de la investigación en sostenibilidad. **Revista Lasallista de Investigación** [on-line], v. 8, n. 2, p. 136-142, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlsi/v8n2/v8n2a15.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SANTANA, W. C.; FORTINI, R. M.; LAVORATO, M. P. **O Projeto Viva o Semiárido e a Contribuição para o Desenvolvimento da Apicultura do Piauí**. Projeto Viva o Semiárido; Biblioteca Digital dos Semiáridos – UFV, 2023. PDF. Disponível em: <https://bibliotecasemiaridos.ufv.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2908/Texto%20completo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 dez. 2025.

SANTOS & BUENO. **Consultoria de projetos culturais e socioambientais**: relatório reuniões de prospecção OSC's – Programa CELEO na Comunidade. São José dos Campos, 2021.

SANTOS, A. C. dos; RAVEDUTTI, M. M.; MARINELLO, R. M.; MORAES, G. F.; MORAES, R. N.; DENES-SANTOS, D. Is ESG the new corporate social responsibility? A comprehensive literature review. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. e011255, 2025. DOI: 10.24857/rgsa.v19n3-078. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/11255>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVEIRA, G. O.; SILVA, L. A. B.; ALMUDI, T.; CORRÊA DE OLIVEIRA, C. Adaptatividade e resiliência do uso do fogo no manejo do campo nativo em um sistema socioecológico no município de São Francisco de Paula – RS. **IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 17, n. 1, e023001, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9078132.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2026.

SOARES, C. R.; SANTOS, G. S. Responsabilidade social corporativa e sustentabilidade socioambiental: análise em gráficas do Rio Grande do Sul. **Revista DELOS – Desarrollo Local Sostenible**, v. 10, n. 30, 2017. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/580/568>. Acesso em: 27 abr. 2025.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

UNESCO. **Cultura & desarrollo, 14**: Agenda 2030, Plan de trabajo regional de cultura para América Latina y el Caribe – UNESCO LAC 2016-2021. [S.l.]: UNESCO, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244353_por. Acesso em: 02 jan. 2026.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://unsdg.un.org/2030-agenda>. Acesso em: 16 ago. 2025

VOGEL, D. J. Is there a market for virtue? The business case for corporate social responsibility. **California Management Review**, v. 47, n. 4, p. 19–45, 2005.

WALKER, B.; GUNDERSON, L.; KINZIG, A.; FOLKE, C.; CARPENTER, S.; SCHULTZ, L. A handful of heuristics and some propositions for understanding resilience in social-ecological systems. **Ecology and Society**, v. 11, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26267801?seq=1>. Acesso em: 11 jan. 2026.

YAZAN, B. et al. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 149-182, 2016.

YEVDOKIMOVA, M.; ZAMLYNSKYI, V.; MINAKOVA, S.; BIRIUK, O.; ILINA, O. Evolution of corporate social responsibility. **Journal of Security and Sustainability Issues**. Volume 8 (3): p.473-480. 2019.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.